

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

RENATO JALES SILVA JÚNIOR

**CIDADE, CULTURA E MOVIMENTOS SOCIAIS:
A MOBILIZAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO BOM
JESUS EM UBERLÂNDIA (1982-1990)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA.

Instituto de História

2003

2172 S.9
e

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Centro de Documentação e Pesquisa em
História - CDHIS
Campus Stª Mônica - Bloco 10 (Antigo Mineirão)
Av. Universitária S/Nº
Cep 38400-072 - Uberlândia - U. F. - Brasil

RENATO JALES SILVA JÚNIOR

**CIDADE, CULTURA E MOVIMENTOS SOCIAIS:
A MOBILIZAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO BOM
JESUS EM UBERLÂNDIA (1982-1990)**

Monografia apresentada
como exigência parcial para
obtenção do título de
Bacharel em História à
Universidade Federal de
Uberlândia, sob a orientação
do **Professor Mestre Sérgio
Paulo Morais.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA.

Uberlândia, julho de 2003.

RENATO JALES SILVA JÚNIOR

**CIDADE, CULTURA E MOVIMENTOS SOCIAIS: MOBILIZAÇÃO
DOS MORADORES DO BAIRRO BOM JESUS EM UBERLÂNDIA
(1982-1990)**

BANCA EXAMINADORA

**Professor Mestre Sérgio Paulo Moraes
(Orientador)**

Professora Doutora Célia Rocha Calvo

Professor Doutor Paulo Roberto de Almeida

Na medida em que o historiador é quem melhor conhece o mapa da evolução das sociedades humanas, quem sabe a mentira de signos indicadores que marcam uma direção única e quem recorda os outros caminhos que conduziam a outros destinos distintos e talvez melhores, é a ele quem toca, mais do que a ninguém, denunciar os enganos e reanimar as esperanças para 'começar o mundo de novo'.

Josep Fontana (1998)

À companheira Máucia, companheira de planos e projetos para o CDHIS, companheira de discussões historiográficas e papos de buteco, uma amiga fiel em todos os momentos.

Não poderia esquecer os colegas do CDHIS onde passei dois anos de estágio, um período muito especial para mim, à Maria Helena, ao Velso, Dulcina, Marta, Rosália e Glaydes o meu muito obrigado. Às professoras Karla Bessa e Fátima Ramos coordenadoras do centro nesses anos que me deram a liberdade de produzir reflexões acerca dos trabalhos realizados no estágio.

Ao secretário e amigo João Batista sempre receptivo comigo e sempre me dando aquela força, um grande amigo que fiz nesses anos.

Alguns professores foram importantes nesse longo caminho que é a graduação, destes gostaria de destacar a Professora Cristina Lopreato que, com uma pequena anotação em uma prova, ajudou a me reconhecer como um historiador.

De forma muito especial quero agradecer ao professor Sérgio Paulo Morais, que muito mais que orientador foi um grande companheiro. Suas qualidades de orientador, me dando uma grande liberdade nas escolhas dos caminhos e ao mesmo tempo contribuindo com valiosas reflexões, me possibilitou crescer muito enquanto pesquisador. Esse trabalho não teria alcançado esse resultado sem a sua participação e sem o seu apoio.

Finalmente agradeço aos meus pais, Renato Jales Silva e Josefa Cassiana da Silva e aos meus irmãos Eduardo e Clóvis que confiaram em mim em todos os momentos de minha vida, e especialmente na minha graduação. Deram-me muita força e compreenderam os sacrifícios que o curso universitário traz, amo muito vocês, obrigado por tudo.

Sumário

Apresentação, 10

Capítulo I

Experiências e conflitos, 25

Capítulo II

Outras disputas, 50

Considerações finais, 76

Acervos e Fontes, 81

Bibliografia, 82

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir a mobilização dos moradores do Bairro Bom Jesus de 1982 a 1987 para a retirada dos trilhos de ferro que cortavam a principal avenida desse bairro.

A pesquisa utilizou-se de documentos da associação de bairro, pesquisa em jornais da cidade e depoimentos orais. Também foram utilizadas fotografias do movimento, assim como fotografias atuais do bairro e da referida avenida por onde passavam os trilhos.

A discussão sobre o bairro e os trilhos são elementos para a discussão em torno da constituição dos espaços urbanos, nesse sentido busco trabalhar com os conceitos de cidade, cultura e movimentos sociais. Os movimentos sociais como processo de intervenção na construção dos espaços na cidade. O conceito de cultura trabalhado numa análise sobre como as pessoas se envolvem em movimentos populares e como tratam as suas experiências no interior desses movimentos. Como os moradores se colocam e como maneiras particulares de vida se interagem no processo de mobilização.

O objetivo é mostrar que a população não se posiciona como mera espectadora do que planeja a elite. A luta dos moradores do Bairro Bom Jesus mostra, primeiro que os moradores também desenharam o mapa da cidade e, segundo que a relação da população com o discurso do progresso não se dá numa via única de adaptação aos projetos elitistas.

A população dessa cidade se colocou (e se coloca) de frente para os seus problemas e desenvolvem formas particulares de lutar por melhorias das suas condições de vida. Esse trabalho busca mostrar que a cidade não é fruto de planejamentos elitistas, e sim de uma constante disputa pelos seus espaços.

APRESENTAÇÃO

O interesse pelo estudo sobre movimentos sociais surgiu de uma forma curiosa na minha graduação. Inicialmente trabalhava com outro tema ligado à literatura discutindo a formação da nacionalidade brasileira, porém outras questões passaram a me inquietar e provocaram mudanças nos meus caminhos.

Andando pela cidade de Uberlândia observava como os trabalhadores utilizavam os seus vários espaços e como estes sofriam os estragos causados pelos dez anos de economia neoliberal. Não que o Brasil antes de 1990 fosse um modelo de igualdade, mas a crueldade do sistema passou a deixar com mais clareza a sua marcas em vários lugares da cidade.

Trabalhadores em péssimas condições de vida, desemprego, bolsões de miséria, entre outras. Basta olhar para os espaços urbanos (do centro aos bairros periféricos) para notarmos o estado que se encontra os trabalhadores uberlandenses. Além dessa observação curiosa, tinha um grande interesse de saber como essas pessoas conseguiam sobreviver e em que condições isso se dava.

Para confirmar o tamanho da miséria a que está submetido à população dessa cidade, o CEPES (Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômicos Sociais, do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia) lançou, em 2002, o resultado de uma pesquisa de campo, mostrando que em Uberlândia 43,3% da população está vivendo na linha de pobreza, e mais, 10,7% são considerados indigentes ¹. A pesquisa apresenta muitos números, mas não dava

¹ **Condições Sócio-Econômicas Das Famílias De Uberlândia**—Universidade Federal de Uberlândia – UFU, NOVEMBRO – 2001; mimeo. UBERLÂNDIA, sob a responsabilidade conjunta do NEDRU – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Urbano, do NEST – Núcleo de Estudos de Economia Social e do Trabalho e do CEPES – Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômicos Sociais, do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Disponível no site da Prefeitura Municipal de Uberlândia: <http://www.uberlândia.mg.gov.br> (pesquisado em 25/06/2002). Nesse trabalho encontra-se as definições quanto à linha de pobreza e indigência.

conta de mostrar como as pessoas viviam essa condição de pobreza e de indigência.

No curso de História da UFU, as discussões em torno da política neoliberal foram muito debatidas na disciplina Tópicos II em História do Brasil, com o professor Sérgio Paulo Morais, onde buscávamos entender os efeitos dessa política na educação. Foi nesse momento que tive clareza da opção teórica e metodológica que queria percorrer na academia, a linha que me ajudaria entender melhor as questões que me angustiava.

Foi em torno dessas discussões que comecei a repensar o meu caminho na universidade e montar um outro projeto de monografia. No ir e vir da construção desse projeto, em conversas com o professor Sérgio Paulo Morais, conversas ainda informais, resolvemos pensar as transformações do espaço urbano na cidade de Uberlândia. Apesar de estar envolvido em discussões sobre políticas recentes (neoliberalismo no Brasil a partir dos anos 90), o objeto definido para pensar a construção desses espaços, dentro da linha teórica e metodológica colocada nos parágrafos acima ficou definida em um outro momento histórico, o início dos anos 80.

Discutir como a população de Uberlândia contribuiu para as transformações no espaço urbano e como se relacionam com o poder público nessa construção é a principal questão desse trabalho. Mais especificamente discutir a mobilização dos moradores do Bairro Bom Jesus, no início dos anos 80, para a retirada dos trilhos de ferro que tanto os incomodava.

O final dos anos 70 e início dos anos 80 é um momento importante para a história contemporânea do Brasil. O país estava envolto em um processo de reabertura política, reorganização de movimentos sociais, greves no ABC paulista e posteriormente em vários lugares do país, organização de movimentos de bairro, enfim a população está aparecendo na cena política mostrando as suas queixas e reclamando soluções. Isso não significa que esta população nunca fez parte dessa

cena, o que fica claro é que nesse período passam a serem notadas, principalmente pela imprensa e pela academia.

Eder Sader chama estes sujeitos de *novos personagens*². Aliás, no trabalho de Sader tudo é novo, e percebe-se um nítido espanto, envolvimento e esperança por esses movimentos que surgem fora de tradicionais instituições como os partidos e sindicatos:

*Eu não estava simplesmente diante de um momento de ruptura nos padrões de legitimação da ordem. Inclusive porque nem essa contestação era tão generalizada, nem a legitimação o havia sido. Eu estava, sim, diante da emergência de uma nova configuração das classes populares no cenário público.*³

Acredito que o novo está muito mais ligado às novas formas de análise do processo histórico com uma forte influência de trabalhos como de E. P. Thompson que ajudou a reler a participação do trabalhador na vida social, do que em relação às próprias formas de atuação desses trabalhadores. O próprio termo novo deve ser analisado para não cairmos no erro de colocar esse *novo* como algo que não tem relação com o passado, isto é, algo que surge do nada.

Trago esse momento histórico e trabalhos como o de Sader⁴ para esta apresentação não para fazer um longo debate com essa historiografia que, acredito, foi muito discutida em outros trabalhos principalmente no final dos anos 80 e início dos anos 90. O objetivo principal nessa discussão é mostrar justamente como este pesquisador, e vários outros nesse momento, vêem os movimentos populares do final dos anos 70 e início dos anos 80 como algo novo e importante dentro do cenário político e como essa temática assume relevada importância

² SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

³ Idem. P. 36.

⁴ Esse período é muito rico em trabalhos acadêmicos principalmente no final dos anos 80, não vou aqui listar todos mesmo porque o texto de Eder Sader dá uma referência para a busca de outros.

nesse período e, mais importante, os valores que ela tem, agora, no início do século XXI.

Discutir movimentos sociais (de trabalhadores, estudantes, sindicatos, entre outros) “está meio ultrapassado na academia”, é o que habitualmente escutamos na universidade pública, “isso é temática dos anos 80”, “não existe mais movimento estudantil, os sindicatos perderam as forças, o trabalhador está mais preocupado com o seu emprego”. Todas essas afirmações viraram idéia comum entre muitos colegas de curso. E não só estudar a temática envolvendo movimentos sociais, mas o simples fato de falar em transformação social nos corredores da universidade virou motivo de piada, as assembléias estão esvaziadas e não conseguimos nos reunir nem em mesa de boteco.

A lógica neoliberal trazida pelo governo FHC infiltrou muito rápido dentro das universidades, principalmente a Universidade Federal de Uberlândia, que falo com mais propriedade porque foi nessa que passei os meus cinco anos de graduação. Estamos atolados dentro da lógica da concorrência e a formação de currículos se tornou meta principal de muitos professores e alunos. Os espaços internos das unidades foram privatizados e o que percebemos é a formação de grupos em torno da defesa de interesses próprios. Fato característico disso é a criação e a utilização das revistas acadêmicas, muitas delas particularizadas por pequenos grupos e com pouca divulgação entre alunos do curso. Núcleos de pesquisa criam as suas revistas fecham os espaços de publicação para o grupo que a criou, e chega-se ao extremo de não democratizar nem mesmo a distribuição já que poucos alunos têm contato com elas, demonstrando claramente que aquele espaço é privado. Tudo que dá ponto e engrandece currículo passa a ter prioridade⁵.

Na contramão dessas colocações acredito que esse momento é fundamental para retomarmos a discussão em torno dos movimentos populares, não com revisão, mas com o objetivo de avançar nas análises.

⁵ Evidentemente que falo da universidade em geral e a lógica que vem sendo imposta. Mas dentro dela existem grupos (alunos, técnicos e professores) minoritários que nadam contra a correnteza e ainda lutam pela universidade pública, gratuita e de qualidade.

Vivemos um momento histórico importante e, de alguma forma precisamos colocá-lo na pauta de discussões. No ano de 2002 o Brasil elegeu um presidente vindo dos movimentos grevistas de 1978, no ABC paulista. Luís Inácio Lula da Silva (sujeito obrigatório na maioria dos trabalhos sobre movimentos populares na década de 80) é um dos vários “novos personagens” que impressionaram Eder Sader e tantos outros pesquisadores das universidades brasileiras. Vinte e quatro anos depois e três derrotas (1989, 1994 e 1998) Lula chega à presidência da República, com um discurso muito diferente daquele de 1978, 1982 e 1989 e com um país devastado por dez anos neoliberais.

A primeira candidatura de Lula, em 1989 foi um ano importante, ano de eleição presidencial onde vários desses movimentos populares (associações, sindicatos, movimentos estudantil) depositaram a confiança num projeto de esquerda representado pelo PT. A derrota nesse ano deixou muitas marcas nesses movimentos, derrota essa que ainda merece mais estudos e mais atenção, infelizmente não é o foco central desse trabalho.

Agora, a partir de 2002, acredito que os movimentos sociais ou as organizações populares, vindas de sindicatos, associações de bairro ou outras instâncias terão um papel fundamental. É o momento de se colocarem de novo, não necessariamente com as mesmas questões ou as mesmas estratégias, mas mostrarem-se. Se a proposta do governo não é a de 1989, se não há o mesmo compromisso com a ruptura, há no comando do executivo federal alguém que se projetou nos movimentos populares, e isso nós temos que reconhecer é um avanço na história do Brasil.

Toda essa conjuntura me influenciou a escolher o meu tema. Uma escolha que partiu de inquietações e que partiu de angústias muito particulares que, posteriormente, dividi com o meu orientador. Dizer isso poderia ser redundante, mas em tempos de concorrência muitos não estão pensando projetos de monografia, estão entrando em projetos prontos, vinculados a núcleos, procurando facilidades para conseguir uma bolsa e privilégios para a constituição de seus currículos.

Todas essas observações feitas em relação ao universo vivenciado dentro da academia hoje me levaram para esse trabalho. Nos capítulos que seguem relaciono os conceitos de cidade, cultura e movimentos sociais. Os movimentos sociais como processo de intervenção na construção dos espaços na cidade. O conceito de cultura trabalhado numa análise sobre como as pessoas se envolvem em movimentos populares e como tratam as suas experiências no interior desses movimentos. Como os moradores se colocam e como maneiras particulares de vida se interagem no processo de mobilização.

Sobre os estudos em torno da cidade de Uberlândia, nós temos uma historiografia que se quer consolidada, clássica. Percebi na leitura dessa historiografia que os pesquisadores de uma forma geral elaboram uma discussão em torno do significado do progresso para essa cidade e tentam, de formas diferentes, desmontar o discurso burguês relacionado a esse progresso que idealizou uma cidade ordeira⁶.

Dentre os muitos trabalhos sobre a cidade de Uberlândia, temos a dissertação de Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes, que exemplifica uma posição política que vê na cidade um espaço pensado, projetado e construído a partir de um único grupo, a elite. É nesse sentido que a pesquisadora busca entender como a cidade

*foi sendo ordenada e como a sua construção obedeceu, salvo as resistências, a um projeto das elites; que desenharam com décadas de antecedência, os caminhos por onde a riqueza devia circular, assim como quais os obstáculos deveriam ser removidos.(...)*⁷

⁶ MACHADO, Maria Clara Tomaz. **A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada - Uberlândia 1965 a 1980**. São Paulo: USP, 1990. (Dissertação de Mestrado). OLIVEIRA, Selmane Felipe de. **Crescimento urbano e ideologia burguesa**. Niterói: UFF, 1992 (Dissertação de Mestrado). DANTAS, Sandra Mara. **Veredas do progresso em tons altissonantes - Uberlândia (1900-1950)**. Uberlândia: UFU, 2001. (Dissertação de Mestrado). LOPES, Valéria M. Q. Cavalcante. **Caminhos e Trilhas: Transformações e apropriações da cidade de Uberlândia (1950-1980)**. Uberlândia: UFU, 2002 (Dissertação de Mestrado).

⁷ LOPES, Valéria M. Q. Cavalcante, op. cit. p. 18. (não grifado no original).

Esse trecho deixa claro que na concepção de Lopes a cidade é totalmente planejada, idealizada e construída a partir de um único olhar o da elite dominante. É difícil pensar num planejamento tão rigoroso dessa elite que consegue projetar uma cidade na década de 50 e vê-la realizada quase trinta anos depois.

Acredito que o poder público e a elite econômica de Uberlândia planejem a cidade constantemente, mas a população não vai até eles para olhar o desenho do mapa e procurar onde podem morar, trabalhar, se divertir, enfim estabelecem relações com a cidade independente do que a elite nomeia para eles. A ocupação dos espaços e os conflitos que nestes são estabelecidos provocam um constante repensar dos dominantes e um constante redesenho dos espaços privilegiados. Se nos anos 70 e 80 o centro e a praça Tubal Vilela eram as grandes maravilhas a serem protegidas, hoje no século XXI estes espaços foram ocupados pela população pobre que os utiliza para ganhar a vida. Há, a partir do final dos anos 80 uma mudança de rota que levou a elite para as avenidas Rondon Pacheco e João Naves de Ávila e se concentrar em Shopping's protegidos por segurança pública⁸ e privada e mesmo ali não estão *resguardados* da população mais pobre que passa a trabalhar no sinaleiro dessas avenidas e nos pontos de ônibus vizinhos ao Shopping.

Os próprios projetos do poder público são criados a partir de conflitos com os moradores. Quando os moradores pobres são retirados de favelas da avenida Rondon Pacheco e expulsos para bairros distantes mostra a interferência destes sujeitos. A existência de programas de governo que prometem acabar com as favelas levando os seus moradores para locais longínquos já demonstra a interferência dos trabalhadores na organização da cidade, quer dizer, a criação dos seus bairros não vem de um projeto burguês, e sim de uma demanda criada pela ocupação de espaços da cidade.

⁸ Existe hoje encostado no estacionamento do Center Shopping e Carrefour um posto policial, este posto foi retirado de uma região de risco do bairro Tibery, bairro de uma população de baixa renda, para proteger a classe média (se é que ainda existe) e elite uberlandense nas suas compras e no seu lazer.

Não devemos nos esquecer que os bairros pobres fazem parte da cidade, tirar a população do centro, das avenidas, das margens do rio Uberabinha significa que estes trabalhadores modificaram os projetos da elite (cidade ordeira, limpa). Quando são *empurrados* para um bairro periférico continuam pertencendo à cidade e continuam a usar o centro, se não como moradia, utilizam como local de trabalho.

Essas resistências que Lopes desconsidera é objeto desse trabalho. Essas resistências modificaram concepções de cidade e de espaço público. Lopes traz outro conceito que precisa ser pensado, o conceito de “muralhas” que impedem o uso de determinados locais pelos trabalhadores. Ao falar sobre a transformação do centro da cidade no momento em que se retira à estação da Mogiana, esta diz que

Os caminhos de ferro que antanho transportaram o sonho do progresso e modernização, atualmente foram transformados em vias expressas de trânsito que fazem circular em sentidos opostos. São ‘muralhas’ contemporâneas que, assim como no passado, continuam delimitando, condicionando e impondo barreiras aos trabalhadores e às classes sociais de menor poder aquisitivo.⁹

O que percebemos é que essas “muralhas” têm uma altura muito pequena, os trabalhadores ou as *classes de menor poder aquisitivo* as ultrapassam diariamente, basta irmos ao terminal de ônibus na praça Sérgio Pacheco, onde era a estação da Mogiana, e ver quantos trabalhadores ocuparam, à revelia do ideário da elite, aquele espaço vendendo passes de ônibus, bilhetes de loteria, apostilas de concurso público, entre outros sem se preocupar se aquele local foi planejado para eles ou não.

O próprio conceito de progresso que a autora tenta derrubar é reforçado. Novamente cito um trecho do seu trabalho que nos ajuda a compreender esse uso do conceito:

⁹ LOPES, Valéria M. Q. Cavalcante p. 70.

Portanto, o desenvolvimento de Uberlândia somente foi possível tendo em vista o tripé ferrovia-rodovia-ponte, o que determinou uma nova geografia econômica e espacial do município na região, estabelecendo as prerrogativas para que aqui se instalasse outros futuros projetos de interligação, em um movimento contínuo de construção e afirmação de um ponto privilegiado. Não fossem essas condições práticas que possibilitassem o desempenho comercial de Uberlândia, ela poderia ter 'perdido o bonde da história' assim como aconteceu com Sacramento, Conquista, Araguari, dentre outras".¹⁰

Nessa citação a pesquisadora reproduz o que a elite construiu: a idéia de que o desenvolvimento foi conseguido através da construção da ferrovia, da rodovia e da ponte que ligava Minas Gerais ao estado de Goiás, em nenhum momento a pesquisadora, assim com a elite, consideram importante o trabalhador na construção desse desenvolvimento econômico. Outro debate importante dentro desse trecho é a noção de desenvolvimento. Quando Lopes diz que as outras cidades vizinhas perderam o bonde da história ela novamente reforça uma concepção elitista da história de Uberlândia. Andando pela periferia dessa cidade, lendo trabalhos de campo como o feito pelo Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômicos Sociais, do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (CEPES) não acredito que o trabalhador uberlandense esteja em melhores condições do que o de Sacramento, Araguari e outras. Se atentarmos para a vida desses trabalhadores veremos que Uberlândia também perdeu o mesmo bonde da história.

Há também, nessa historiografia trabalhos que se preocuparam em "resgatar" o papel dos trabalhadores¹¹, mas este papel é reduzido porque

¹⁰ Idem p. 61-2

¹¹ NUNES, Leandro José. **Progresso, trabalho e quebra-quebras - Uberlândia 1950-1960**. São Paulo: Puc, 1993. (Dissertação de Mestrado). RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. **Trabalho, ordem e progresso: uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense - o setor de serviços - 1924-1964**. São Paulo: USP, 1989. (Dissertação de Mestrado) PEREIRA, Helvécio Domingos. **Formação e desenvolvimento dos bairros periféricos em Uberlândia**. Uberlândia: UFU. (Monografia).

concluíram que esta população, de tanto ouvir sobre o progresso da cidade interiorizou o discurso burguês, reproduzindo-o, e neste reproduzir se tomaram alvos fáceis da elite. Os trabalhadores não contribuíram para a construção da cidade porque acreditaram fielmente no discurso burguês e desempenharam o papel que os projetos elitistas pensaram para eles.

O trabalho de Helvécio Domingos Pereira é muito claro nessa idéia de população ufanista ao dizer que

Até mesmo entre a população mais humilde de Uberlândia é possível constatar a presença desse discurso enaltecedor da cidade. (...)

Enfim, fazendo parte da memória e do conjunto de representações coletivas que predominam o cotidiano da cidade e e seus habitantes, o ufanismo tornou-se um elemento mais importante no controle e manutenção da ordem social, pois cria em parcelas da população um entusiasmo descabido pelo seu desenvolvimento, e assim a idéia de que participa do progresso material. Isso leva o seu engajamento ao projeto burguês da cidade, através da reprodução do discurso dominante e noção de participação nos frutos do progresso, com trabalho disciplinado e preservação da ordem e conseqüente manutenção e salvaguarda dos interesses da elite local. (...)

Isso conduz a uma desvirtuação da consciência de classe e dificulta a participação em movimentos reivindicatórios próprios e autônomos, pois o caminho possível para a melhoria das condições de vida e ascensão social é visto a partir do trabalho disciplinado e legitimação das instâncias de poder instituídas pela ideologia burguesa, o que legitima também a ordem social vigente e sustenta o 'status quo' dos grupos dominantes locais¹²

A dissertação de Leandro José Nunes também reforça essa idéia quando diz que

O segundo aspecto importante do ufanismo como estratégia de poder foi usá-lo como mais um dos elementos subjetivos que poderia inibir a percepção dos trabalhadores quanto às reais condições de exploração a que eram submetidos. Dessa forma, a exaltação da cidade, elaborada a partir da valorização do trabalho, da ordem, da disciplina e do sentido de

¹² PEREIRA, Helvécio Domingos. **Formação e desenvolvimento dos bairros periféricos em Uberlândia**. Uberlândia. Monografia, p. 46-48 (não grifado no original).

*futuro, ao ser incorporado por alguns setores da população, especialmente os trabalhadores, dava legitimidade aos projetos de cidade da classe dominante reforçava os mecanismos de controle social*¹³.

Esse conjunto de trabalhos não consegue romper com a própria idéia da elite burguesa por não ouvir a população e, quando ouvem, como no caso de Pereira e Nunes, esperam da população que esta se coloque numa postura revolucionária frente ao poder público, que ela vá sempre para a rua protestar e deixa de notar as várias resistências produzida no cotidiano.

O trabalho de Lopes, até recupera algumas falas de moradores da cidade, mas as recupera para mostrar as saudades que estes tinham dos anos que se foram, para que eles contem como era antigamente a rua Afonso Pena, o prédio da Mogiana, não recuperam experiências que poderiam mostrar uma intervenção destes na cidade.

Estes trabalhos não conseguem ver no cotidiano, nas vivências no interior dos bairros e nas práticas diárias dos moradores a resistência a determinações impostas de cima pelo poder público. Evidente que essa população não está resistindo o tempo todo, ela às vezes se alia e negocia com o poder público, mas isso não significa que ela o faz sem consciência dos seus interesses, vamos ver na sequência deste trabalho que às vezes a população usa o discurso do progresso da elite para conseguir avançar nas suas reivindicações.

O objetivo deste trabalho é mostrar que a população não se posiciona como mera espectadora do que planeja a elite. A discussão, então, não passa pela construção de Uberlândia pela construção, onde nasceu uma rua, de quem foi à idéia de fazer aquela praça, se o viaduto devia estar ali ou não. Passa sim, pela noção de uma cidade dentro de uma teia de conflitos e disputas por espaços. É uma busca pela contribuição do trabalhador.

Ao trabalhar em um caminho que pense o morador/trabalhador de Uberlândia busco um outro entendimento que se tem da cidade. Não procurarei

¹³ NUNES, Leandro José. Op. Cit., p. 38

desconstruir a idéia de progresso, pelo contrário, não acredito que, chamando os moradores para o centro do meu trabalho, possa chamar de progresso as transformações de Uberlândia. Nesse sentido as discussões encontradas no trabalho de Josep Fontana me ajudam quando ele diz que *deveremos refazer nossa forma de entender o crescimento do capitalismo como um progresso, para aprender a vê-lo como desenvolvimento de uma nova forma de exploração*.¹⁴ Mas dando a atenção principal aos trabalhadores e buscando ver nessas formas de exploração, como os trabalhadores vivenciam, se colocam e pensam estratégias de resistência e mesmo negociação com a elite dominante.

Na reflexão que busco em torno da cidade, com essa concepção de mostrar os vestígios deixados pelos moradores outros trabalhos que tem como objeto a cidade (não necessariamente sobre Uberlândia) surgiram no meu caminho. A tese de doutorado de Lúcia Helena Pereira da Silva me ajudou muito a pensar sobre o espaço urbano enquanto espaço de conflito:

Desnaturalizar a paisagem urbana é de fundamental importância para a conscientização de que ela é produto da ação do homem e, como tal, resultado da sedimentação de correlações de força e de pactos, políticos por excelência. Desconstruir a imagem de uma cidade imutável, fruto apenas da atuação e dos discursos técnicos é parte da estratégia que ratifica a existência de várias cidades e exige que no momento de intervenção elas sejam reconhecidas e respeitadas por aqueles que conquistaram da sociedade a legitimidade para fazê-lo. A materialidade da cidade não é produto da 'capacidade iluminadora' dos projetos urbanísticos mas das relações sociais produzidas nestes espaços.

*Recuperar os sentidos e as experiências encetadas dentro dessa cidade é, antes de tudo, transformar as reformas e projetos que estou estudando em vivências, enxergando-os não só como traços no papel mas como perspectivas de visões de cidade.*¹⁵

Outra grande contribuição foi à dissertação de mestrado de Sérgio Paulo Moraes. Este trabalho me ajudou a *desconfiar do caráter desenvolvimentista desta*

¹⁴ FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru: EDUSC, 1998, p.11.

¹⁵ SILVA, Lúcia Helena Pereira da. **Luzes e Sombras na Cidade: no rastro do Castelo e da Praça Onze - 1920-45**. São Paulo: PUC, 2002, Tese de Doutorado, p. 21-2.

*cidade, como algo inerente a ela ou condição metafísica adquirida inexplicavelmente*¹⁶.

O trabalho de Moraes foi fundamental para entender que a organização da cidade é fruto de vários projetos diferentes colocados em uma conflituosa disputa pelos espaços. Para além desse olhar para a constituição da cidade, essa dissertação traz um trabalhador ativo nesse processo, um trabalhador que luta por seus territórios muito diferente daquele, ufanista e *sem* consciência de classe:

Estes sujeitos procederam de maneira ativa nos processos de transformações vivificados no período. Não se comportaram passivamente como mero expectadores, ou configuraram-se como fantoches, à mercê dos grupos dominantes.

*As maneiras conflituosas com que as relações sociais se estabeleceram, fizeram-nos seguir o pressuposto de que o espaço urbano instituiu-se (e se institui) a partir de interesses e experiências diferenciadas. Assim, entendemos que, neste contexto histórico de constituição de uma nova cidade, vários agentes tentaram implementar projetos e expectativas distintas e muitas vezes opostas.*¹⁷

Dentro das minhas leituras passei a entender que para estudar a cidade não precisava recuperar a *história da cidade*¹⁸, não precisava ficar recuperando o Sertão da Farinha Podre, a chegada da Mogiana, enfim, este caminho por muitas vezes percorridos em outros trabalhos. Para lidar com este objeto e mostrar as contribuições dos seus moradores, faço um recorte espacial e temporal, compreendendo que não há uma única cidade de Uberlândia. Mesmo que voltasse ao ano de fundação até 2000, estaria fazendo um recorte e falando de uma cidade possível em meio às demais.

Para entendermos a relação dos moradores com o poder público e com a elite uberlandense acredito ser fundamental recuperar a obra de E. P. Thompson

¹⁶ MORAIS, Sérgio Paulo. **Trabalho e cidade: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia**. Uberlândia: UFU, 2002. (Dissertação de Mestrado)

¹⁷ Idem. p. 3

¹⁸ SILVA, Lúcia Helena Pereira da. Op. Cit.

principalmente no objetivo de entender como os trabalhadores colocam os seus conflitos, para Thompson:

Somente em circunstâncias excepcionais as pessoas vão realmente além da sua experiência local, de seus valores vividos e apresentam um desafio mais amplo.

A pressão do ser social sobre a consciência social se revela, agora, não tanto por meio de clivagem horizontal base e superestrutura, mas por meio de a) congruências, b) contradição, c) mudança involuntária. Por congruência, entendo as regras 'necessárias', as expectativas e os valores segundo as quais vivem relações produtivas particulares. Não se pode passar a vida inteira protestando; é necessário dissimular e lidar com o status quo. Qualquer sistema de produção conforma as expectativas segundo a linha da menor resistência, visando à conformidade com suas regras. Por contradição quero dizer, primeiro, o conflito entre o modo de viver e as normas da comunidade local e ocupacional daquelas da sociedade 'envolvente'. Em segundo lugar, conflito são as maneiras pelas quais o caráter essencialmente explorador das relações produtivas se torna uma experiência vivida, dando origem à manifestações de valores antagonistas e a uma ampla crítica do 'senso comum' do poder. Por mudança involuntária me refiro às mudanças ulteriores na tecnologia, demografia e por aí vai (...), cujas involuntárias repercussões afetam o modo de produção em si, alterando, perceptivelmente, o equilíbrio das relações produtivas.¹⁹

Essa dinâmica da luta expressa na citação acima me ajudou a entender todo o processo com que se envolveram os moradores. Ao mesmo tempo em que foram para a praça protestas com faixas e palavras de ordem, os moradores foram até a Prefeitura e à Câmara de Vereadores negociar apoios. Existem regras sociais, que os moradores não ultrapassam. O movimento para se fortalecer e conseguir trazer um número grande de participantes necessita de uma legitimidade.

A luta dos moradores do Bairro Bom Jesus mostra, primeiro que os moradores também desenharam o mapa da cidade e segundo que esta relação da população com o discurso do progresso não se dá numa via única de adaptação aos projetos elitistas, quando a população fala em progresso está levando em

¹⁹ THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2001, pp. 261-2.

consideração a melhoria das suas condições de vida. A população dessa cidade se coloca frente aos seus problemas e desenvolve formas particulares de lutar por melhorias das suas condições de vida.

Nesse sentido não há uma vitória do projeto burguês de cidade. A população, além de contribuir de forma sistemática para a organização do espaço urbano, provoca um constante rever dos projetos burgueses na medida em que ela não fica presa aos limites que tentam lhes impor. A elite pode planejar (e acredito que ela realmente planeje) constantemente a organização do espaço urbano, mas a população, os trabalhadores vão constantemente desrespeitar esses planejamentos e vão ocupar todos os espaços da cidade.

Para analisar todo esse processo vivido pelos moradores do Bairro Bom Jesus dividimos esse trabalho em dois capítulos. No primeiro analiso como os moradores iniciam o processo de mobilização, as estratégias que desenvolvem ao longo desse processo para discutirem com as empresas que utilizam os trilhos. Como o poder público na figura do prefeito Zaire Rezende e a Câmara de vereadores entram nessas discussões e qual as relações estabelecidas por estes com os moradores.

No segundo capítulo continuo discutindo o processo de mobilização, porém em outros momentos. Primeiro o embate com a empresa Moinho de Trigo Sete Irmãos que foi a mais resistente e que deu outra dinâmica no debate. No segundo momento discuto o que seria feito da avenida Monsenhor Eduardo sem os trilhos de ferro. Nesse momento há uma grande mobilização dos moradores para fazerem os seus planos, discussões, projetos e expectativas são criadas a partir dessa possibilidade de intervenção no espaço urbano. Finalizando esse capítulo discuto o resultado final da reurbanização da avenida e o que ficou de experiência para os moradores desse rico processo de mobilização.

CAPÍTULO I

EXPERIÊNCIAS E CONFLITOS

Discutiremos neste capítulo o conflito dos moradores do Bairro Bom Jesus pela retirada dos trilhos da FEPASA (Ferrovias Paulistas S. A.) que cortavam a Avenida Monsenhor Eduardo, principal via desse bairro. A partir dessa discussão iremos analisar as estratégias desenvolvidas pelos moradores no conflito com as empresas que utilizavam desses trilhos para comercialização.

Como esses moradores se relacionaram com o poder público e como essa luta, iniciada no Bairro Bom Jesus ganha corpo e passa a envolver várias associações de bairro (inclusive bairros que não conviviam com os trilhos), se desdobrando, numa discussão ampla sobre a cidade de Uberlândia.

Esses trilhos foram objetos de grande atenção por parte da imprensa local no final dos anos 60 e início dos anos 70 quando a elite uberlandense – contando com o apoio dessa imprensa – empenhou-se na luta pela retirada da estação ferroviária, naquele período pertencente a Mogiana, do centro da cidade para unir as avenidas centrais de Uberlândia.

Esse embate contra a estação da Mogiana, no centro da cidade, foi considerado uma batalha pelo “progresso” já que a estação dificultava a circulação de veículos na cidade e atrapalhava o crescimento urbano.²⁰

A estação da Mogiana foi retirada do centro da cidade, no seu lugar foi construída uma praça²¹. A estação se transformou, no olhar da elite, num símbolo de retrocesso, porém os seus trilhos continuaram funcionando a pouco mais de 500 metros, no interior do Bairro Bom Jesus. Nesse bairro a ferrovia

²⁰ Sobre a saída da estação da Mogiana do centro da cidade Ver LOPES, op. cit. Ver também CALVO, Célia Rocha. **Muitas Memórias e Histórias de uma cidade: Lembranças e experiências de viveres urbanos. Uberlândia 1938-1990**. Pr. Pós-graduação em História Social. Tese de Doutorado. SP. PUC, 2001. Este último trabalho em uma posição política diferente, nele a pesquisadora traz as vivências e as experiências dos trabalhadores o centro da discussão.

²¹ Hoje chamada Praça Sérgio Pacheco.

servia a três empresas de depósito de combustíveis (Texaco, Shell e Atlantic) e uma empresa de beneficiamento de trigo (Moinho de Trigo Sete Irmãos). A ferrovia era a via de transporte de matéria-prima e escoamento da produção dessas empresas, portando vital para a economia destas.

Percebe-se que o plano de “modernização” da cidade imposta com a retirada da estação, não foi pensado para o Bairro Bom Jesus que está localizado próximo à região central de Uberlândia, logo depois da praça Sérgio Pacheco. Por não ser o centro das atenções nas reformas urbanas dos anos 70 esse bairro continuou convivendo com os trilhos, uma convivência indesejada.

Já naquele momento o Bairro Bom Jesus contava com boa infraestrutura básica: saneamento, água, luz, asfalto, por esse motivo se diferenciava dos bairros da periferia, que dificilmente contava com toda essa infraestrutura. Dentre os seus moradores existiam profissionais liberais, funcionários públicos e trabalhadores mais pobres, como o Sr. Geraldo²² que durante anos vendeu espetinhos de carne em frente aos bares do bairro. Essas características – de diferenças quanto à renda, trabalho, moradia – mostram uma heterogeneidade da população desse local. Essas diferenças não são simplesmente econômicas, mas também culturais e, no decorrer desse trabalho, vamos demonstrar que geraram experiências diferentes em relação ao processo aqui analisado.

Após anos de convivência indesejada com os trilhos os moradores começam a discutir uma possível retirada. Entre os anos de 1982 a 1986, o que era apenas rejeição transforma-se em mobilização. A discussão em relação aos vagões e trilhos, agora tem outros sujeitos. No final dos anos 60 era a elite que não queria os trilhos atrapalhando os seus caminhos, no início

²² O Sr. Geraldo é um antigo morador do Bairro Bom Jesus que conheci em um ponto de ônibus no intervalo de uma entrevista que acabara de realizar. Num dia de chuva intensa fui obrigado a me esconder debaixo de um ponto de ônibus da avenida Monsenhor Eduardo e ali o conheci. Conversamos muito sobre o bairro, mais infelizmente não pude gravar a entrevista, algumas informações que por ventura trazer sobre ele será lembrando esse bate-papo que ajudou a compor questionamentos e reflexões sobre a pesquisa.

dos anos 80 é a população de um bairro da cidade que resistia na convivência com eles.

A reivindicação para a retirada dos trilhos inicia com um pequeno grupo, uma comissão de moradores unidos por esse objetivo. Do outro lado, estavam as empresas revendedoras de combustível (Texaco, Atlantic e Esso) e o Moinho de trigo Sete Irmãos que utilizavam os trilhos para o transporte. O poder público ficou trabalhando como intermediário do conflito, tentando satisfazer os moradores e não contrariar as empresas.

Para falarmos desse movimento e o seu alcance precisamos, antes, entender como e porque alguns os moradores do Bairro Bom Jesus começam a se reunir e pensar novas estratégias em busca da suas reivindicações. A moradora Wilma Ferreira de Jesus, integrante da comissão de moradores do bairro aponta algumas possibilidades:

... tinha três elementos importantes: o Zaire (candidato do PMDB a prefeito em 1982) que vinha com uma discussão política de abertura, o clima do Brasil de abertura política e de necessidade de participação a partir da Igreja Católica também e a terceira questão que era o terceiro elemento que era o seguinte; olha a população estava vivendo uma situação ruim, principalmente ali no Bairro Bom Jesus, a cidade... aquele bairro era um bairro fechado e tudo então a população sentiu a necessidade de se organizar pra tentar garantir melhorias no bairro onde morava. Então foram esses três elementos básicos.²³

Wilma Ferreira de Jesus participou do movimento desde o seu início, com a criação da comissão de moradores, foi diretora da Associação de Moradores do bairro e militante do Partido dos Trabalhadores. De acordo com sua fala a candidatura do prefeito Zaire Rezende, o clima de abertura e as más condições de vida são os *elementos básicos* que levam os moradores a se organizarem.

Interessante como ela monta as justificativas em torno do movimento colocando a candidatura de Zaire Rezende e a sua proposta de abertura à participação como propulsor do movimento. Em seguida ela fala do clima de

²³ Wilma Ferreira de Jesus, Entrevista concedida em 20 de janeiro de 2003.

redemocratização que o país vivia e em último as condições de vida dos moradores. Dessa fala surgem algumas questões: qual alcance da candidatura e governo de Zaire Rezende para a organização dos moradores? Não haveria essa organização sem a participação desse candidato? Seria mesmo necessário que o poder público apoiasse os moradores do bairro para que eles partissem para uma mobilização? Não poderia ser o inverso, a mobilização de moradores ser responsável pelo surgimento de uma candidatura que viesse com o discurso de abertura?

O segundo elemento também desperta perguntas. O quanto à existência de um clima de mobilização no país leva a população de um bairro em Uberlândia a se mobilizar? Como os moradores percebem esse clima? E mais, o que é um clima de participação? A própria idéia dos moradores se organizarem influenciados por um clima de participação e abertura que acontecia no âmbito nacional é complicada porque nos leva a pensar que os movimentos na cidade são reflexos de um sentimento externo ou nacional, fora de suas vidas.

Os trilhos eram um grande problema para os moradores do Bairro Bom Jesus. Podemos constatar a dificuldade em conviver com eles pela fala da moradora Maria Aparecida Rosa:

*... Depois eu mudei lá para a avenida Mato Grosso berando os trilhos. Foi onde morreu um padre acidentado lá (...) então a gente **ficava com os nervos a flor da pele** porque acontecia muito acidente por causa do trem de ferro. O marido de uma amiga minha o trem pegou e cortou o pé dele, ficou aleijado até falecer (...), então aconteceu, o marido da Maria do Carmo, que era vizinha, morreu na frente, pegou ele aqui na linha, aqui nessa direção mesmo e matou, a mulher (...) ela tinha apelido de Santa, morava ali perto da Igreja Bom Jesus foi atravessar e o trem pegou, então foram vários acidentes que acontecia com o trem. (...)*

*Um moço veio aqui e falou assim: "essa casa foi muito bem feita" porque com os trilhos o trem passava ali e trepidava tudo se essa casa não tivesse sido bem feita ela trincado tudo, né. **Porque as coisas trincava tudo mesmo por causa do trem.***

(...)
O barulho era demais. Aconteceu um acidente lá no Rio, na Central, dois trens se chocaram, então chegava de noite, quando o trem

*passava apitando a gente pensava que era aquele acidente (...) a gente traumatizava ... as crianças, tudo.*²⁴

Além do prejuízo financeiro, como a rachadura das casas que obrigava os moradores a uma constante reforma, o trem deixava a população em um medo constante. Os repetidos acidentes causavam traumas e uma ansiedade nos moradores. Não só os acidentes que aconteciam perto deles, mas os acontecidos em outras cidades eram motivos para que eles não se sentissem seguros.

Junto com o trem, os moradores também eram obrigados a conviver com depósitos de combustível que causavam um terror constante pelo risco de explosão. Para aumentar o clima tenso aconteceu nesse período um acidente em Cubatão, na Vila Socó, uma explosão de um terminal de combustível que matou dezenas de pessoas e destruiu muitas casas.

Ocorreram várias negociações anteriores que envolviam empresários proprietários e administradores das empresas privadas, políticos de Uberlândia e de São Paulo. A questão dos trilhos não era, então, novidade entre estes, pois já vinham, sendo travadas há pelo menos dez anos²⁵, por antigos prefeitos da cidade, de outros partidos, em outros momentos e não se conseguia avançar.

Em 1982 surge o então candidato Zaire Rezende:

*Foi assim que o Dr. Zaire entrou, ele gosta de administrar com a participação do povo. Antes dele ganhar, ele era candidato e ele já fazia reunião, ele fez reunião aqui na minha casa três vezes, porque a campanha dele foi assim, de casa em casa, foi onde ele ganhou. Ele já havia sido candidato uma vez e perdeu, depois ele candidatou, ganhou, então o trabalho dele foi de casa em casa e prometeu retirar os trilhos, foi uma das promessas dele, que ia retirar os trilhos daqui, que ia retirar os depósitos. Aí depois ele ganhou e entrou na prefeitura e nós começamos o movimento, aí já tinha fundado a associação de moradores, era na casa da Wilma, nós reuníamos na casa dela*²⁶.

²⁴ **Maria Aparecida Rosa**, entrevista concedida em 17 de março de 2003.

²⁵ Sobre essas negociações ver Jornal Correio de Uberlândia, 01 de março de 1984, p. 12

²⁶ **Maria Aparecida Rosa**, op. cit.

Nessa citação D. Maria Aparecida Rosa mostra que Zaire Rezende reuniu com os moradores e fez uma campanha *de casa em casa* prometendo solucionar o principal problema do bairro: os terminais de combustível e os trilhos.

A possibilidade de conseguir ver o desejo atendido leva os moradores a participar da campanha política em torno dessa candidatura e posteriormente a união em torno do processo de reivindicação. Portanto não é o clima de abertura, não é o discurso de participação do candidato do PMDB, ou mesmo os movimentos de moradores em São Paulo, é a possibilidade de conseguirem, com o apoio do poder público, realizar um desejo de décadas que os coloca na disputa política e no confronto com as empresas, e a forma como se colocam deixam experiências diferentes entre eles.

O fato das pessoas estarem vivendo em condições que não lhes agradavam, o fato delas perceberem que os trilhos da ferrovia impediam a melhoria de suas vidas leva-as a se juntarem nesse processo e essa organização é construída e limitada no âmbito da cultura desses moradores.

A questão cultural é muito importante para analisarmos as diferentes experiências dos moradores em torno desse processo. Para essa análise vamos trazer algumas falas. A primeira é a moradora Wilma Ferreira de Jesus, como foi dito anteriormente era militante do Partido dos Trabalhadores. Ao falar sobre a sua participação no movimento ela relata o seguinte:

(...) as pessoas que se envolveram naquele processo, elas também participaram de coisas mais amplas na cidade e tal e uma das coisas que nós tínhamos clareza... que inclusive eu também participava, nós tínhamos clareza do seguinte: para nós mobilizarmos a população, envolvermos a população temos que pegar uma questão comum que atinja o bairro inteiro para a gente conseguir fazer com que as pessoas se envolvam no processo e se organizem, qual que era o grande problema que afetava o Bairro Bom Jesus? Era a ferrovia que cortava a avenida Monsenhor Eduardo²⁷

²⁷ Wilma Ferreira de Jesus, op. cit.

Nesse depoimento podemos observar que os trilhos para esta moradora eram um motivo para organizar a população do bairro. Os trilhos não são o principal motivo de sua atuação na comissão de moradores, a sua luta estava na tentativa de organizar os moradores do bairro. Em 1984 o Brasil já estava vivendo o fim da ditadura e o Partido dos Trabalhadores vinha crescendo, a idéia do direito à organização vinha de discussões desse partido, a militância crescia e esses movimentos populares eram sempre uma grande oportunidade de trazer novos militantes e de formar uma base solidificada em torno dessa noção do direito de se organizar.

Outra moradora integrante da comissão guarda outras experiências sobre esse processo:

(...) nós fomos começando a fazer passeata na rua né, ia lá pro centro da cidade, fazia manifestação, soltava foguete, fazia tudo para chamar a atenção do povo, foi aí que a gente começou. Aí o povo do bairro... porque para participar da reunião nem todos participavam mas quando foi da hora da assinatura e das passeatas ia muita gente.²⁸

Dona Maria Aparecida Rosa está do lado do organizado. Na sua entrevista percebemos que ela conviveu com militantes petistas, outros das eclesiais de base, com vereadores conservadores e sempre ficou no limiar dessas influências guardando experiências dessa diversidade de posições. Da convivência com os padres pertencentes a ala progressista da Igreja Católica ela diz que:

O padre Pedro que foi vigário aí, ele dizia que os sindicatos daqui trabalhavam é com alimentação, ainda da saúde, não sei o que, sindicato não é pra isso não, sindicato é para reivindicar, vocês fazem errado, porque eles veio da Irlanda né, Irlanda é um país lá que vive de briga até hoje (...)²⁹

²⁸ Maria Aparecida Rosa, op. cit.

²⁹ Idem

Há uma discussão destes padres sobre a função dos sindicatos que não devem ser assistencialistas e sim reivindicativos dos seus direitos. O que guarda a moradora Maria Aparecida é que o vigário é irlandês e por isso gosta de briga, o sindicato de resistência é algo distante, de países acostumados com conflitos, não parece algo para o Brasil ou mesmo o Bairro Bom Jesus.

Em outro momento de sua entrevista ela relata a ligação do Partido dos Trabalhadores com essa ala da igreja:

(...) O PT, por exemplo, a Igreja esteve do lado do PT eles não fala mais... o padre faz reunião de política, vai fazer o sermão e fala: "aquele que vocês vê e não sei o que..." eles não fala mas a gente tá cansado de saber que é o Lula (risos)³⁰

Por participar das *reuniões políticas* da comissão de moradores Maria Aparecida percebe o sermão tendencioso do padre. Esses relatos leva-nos a refletir sobre as experiências que ela guarda do movimento. Diferente de Wilma Ferreira esta moradora está preocupada com os trilhos, com as rachaduras da sua casa e com a insegurança em que vivia.

A própria noção de política é diferente, não é tratar dos trilhos como fato de união de uma dada população, mas é discutir os trilhos no sentido de melhorar as suas condições de vida, nesse sentido as várias tendências em que ela convive são divergências que estão no mesmo caminho. A Dona Maria Aparecida está na comissão, participando das passeatas, indo até a prefeitura para não mais conviver com os trilhos. Então participar das reuniões e ir a passeatas tem o objetivo de ver as suas condições de vida melhorarem, é a visão do que é moralmente correto ou o que lhe é de direito. Não é moral conviver com algo que racha as casas, que traz insegurança e mais, que mata pessoas (trilhos e terminais de combustíveis) e é nesse sentido que justifica a luta.

³⁰ idem

A moradora Wilma Ferreira, influenciada pelo pensamento do partido que milita, acredita que a organização popular é algo maior e que os trilhos e os terminais de combustíveis são justificativas para constituir um grupo organizado.

D. Maria Aparecida e Wilma Ferreira participaram de forma efetiva no processo, eram integrantes da comissão de moradores do bairro, estiveram nas passeatas e nas reuniões com empresários e políticos. Mas havia outros moradores que viveram esse processo de forma indireta. D. Aparecida Alves Gomes também mora nas proximidades da avenida Monsenhor Eduardo, também viveu esse período, mas não participou das reuniões da comissão, sobre as passeatas ela diz que:

(...) eles faziam, reunia né, todo mundo reunia e ficava fazendo passeata, fazendo cartaz para, para tirar né, (...) eu fui em umas, umas eu fui, depois eu já estava com a Sandra e com a Luciana [filhas] já não tinha jeito de ir, a gente ficava com medo de levar criança.³¹

Essa moradora assinou os abaixo-assinados, acreditava na importância de tirar os trilhos, sabia das dificuldades, tinha filhas que precisavam atravessar a avenida para irem à escola. No seu relato ela nos mostra uma outra participação e outros motivos para não se envolver nas reuniões e nos atos públicos. Não sei se as filhas eram realmente um impedimento ou ela busca um motivo para desculpar-se do pouco envolvimento. O que nos interessa aqui é mostrar que entre os sujeitos desse processo há diferenças importantes, há entre os integrantes de uma passeata, mulheres que tem os seus filhos em casa, que acreditam ter *deveres* que estão acima da participação naquele momento.

Abaixo mostraremos uma foto para ilustrar um ato público realizado nesse período:

³¹ **Aparecida Alves Gomes**, entrevista realizada em abril de 2003.



Ato público realizado na praça Sérgio Pacheco. Foto do Acervo do Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História – Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia.

A foto acima mostra a intensa mobilização alcançada pelos moradores do Bairro Bom Jesus. Aí estavam as três moradoras acima citadas e mais uma multidão, alguns querendo ficar livres dos trilhos, outros querendo mobilizar os moradores, outros se promovendo, enfim a foto congela uma imagem e não consegue traduzir essa gama de experiências num ato como esse.

Para chamar a atenção dos moradores para as discussões a comissão traçou várias estratégias, distribuição de panfletos, recados dados no final das missas na igreja do bairro e organização de festas. As festas são momentos importantes na busca pelas experiências do processo de mobilização. Os integrantes da comissão aproveitavam datas importantes da comunidade para, juntamente com a festa fazerem discussões políticas. No documento abaixo trazemos a avaliação feita de um momento como esse:

- *Avaliação da Festa das mães.*
- *Crianças atrapalhando com barulho (-)*
- *Sorteios (+)*
- *Entrosamento dos professores (+)*

- *Dupla sertaneja (+)*
- *Apresentação das crianças (+)*
- *Barulho (-)*
- *As homenageadas saíram muito cedo (-)*
- *Dança do Break (+)*
- *Confusão na hora de entregar os prêmios para as mães (-)*
- *Apresentação das mães foi confusa, separação nos números para sortear (-)*
- *Depois desse prêmio para as mães deveriam ter sido entregue os prêmios das crianças (-)*
- *Envolvimento das escolas na festa (+)*
- *Falta de espaço para as apresentações (muita gente no palco) (-)*
- *Tirou o número da associação (-)*
- *Na hora do jogral das crianças foi muito tumultuado pela platéia (-)*
- *O som não foi muito bom (-)*
- *Um número grande de pessoas (+)*³²

A comissão faz da festa do dia das mães um grande encontro no bairro. Acima o documento mostra a avaliação total dessa festa com sinalização positiva ou negativa para cada ponto considerado importante. Esse momento é diferente na vivência dos integrantes da comissão, é um momento de confraternização onde o ponto principal não é a discussão sobre atos públicos, prefeitura, empresas, mas não deixa de ser um encontro político porque na confraternização aproveita-se para divulgar os feitos, atentar-se para os problemas do bairro e chamar a atenção para futuras participações.

Evidentemente que não conseguiríamos avaliar quanto dos participantes da festa estiveram na foto acima, mas esse envolvimento facilita a divulgação e mesmo o convencimento político da importância de estarem presentes nos momentos de mobilização.

Isso não significa que todas as idéias tiradas na comissão de moradores são aceitas *pelas mães* que se reuniam nas festas. Nesse mesmo período é confeccionado e distribuído um panfleto "Alerta à População", neste documento reclamam que:

³² **Preparação do dia das mães.** Ata da associação de moradores do Bairro Bom Jesus 11 de maio de 1985. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia.

As empresas de petróleo são multinacionais que se preocupam unicamente com os seus lucros. exploram nossas riquezas, nosso trabalho, nos empobrecem e ameaçam nossas vidas. Dizem que não há perigo, que a segurança é total. Mas em Cubatão-SP e Pojuca-BA diziam o mesmo, e no entanto os acidentes aconteceram e centenas de pessoas inocentes foram mortas e assassinadas. Não queremos tal tragédia em nossa cidade, não queremos a ceifa de vidas. Basta de mortes³³

Esse documento tinha a influência do pensamento político expresso pelo PT daquele período. Essa idéia do imperialismo parasita não é compartilhada por todos os moradores do bairro. D. Maria Aparecida Rosa, relata que o *partido PT era muito radical na ocasião*³⁴. No mesmo grupo há moradores que partem para um discurso direto contra as empresas (influenciados pela sua militância partidária), outros que queriam a retirada dos trilhos, mas não queriam um embate mais direto (expulsão das empresas) achavam radicalismo o discurso contra as empresas e há aqueles que participam das confraternizações e ocasionalmente vão aos atos públicos. Muitos queriam ficar sem os trilhos, mas isso era visto de diferentes formas.

É importante colocar essa reflexão nesse primeiro capítulo para romper com a idéia de movimento popular hegemônico. O termo movimento não pode ser pensando enquanto caminho único ou projeto único. Vimos acima que há diferenças nas propostas e nos métodos. É pensando nessa divergência que uso o termo movimento dentro de um processo múltiplo com vários projetos e várias perspectivas.

Essa discussão sobre os trilhos e os depósitos de combustíveis não se limitava ao prefeito e aos moradores do Bairro Bom Jesus, alguns vereadores, também eleitos em 1982, formam uma comissão para discutir o assunto. Na Ata de 7 de novembro de 1983 é apresentado o problema:

³³ **Alerta à População.** Panfleto do acervo da Associação do Bairro Bom Jesus. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, 1984. (não grifado no original).

³⁴ **Maria Aparecida Rosa**, op. cit.

*Adriano Bailoni Júnior em questão de ordem para assunto urgente e pediu que se fizesse um trabalho preventivo em relação às Companhias de Petróleo cujos depósitos de inflamáveis no centro da cidade são um risco sério de incêndio. Contudo, segundo informou um companheiro tais companhias trabalham com pouco combustível, formando-se consequentemente um tampão de gás nos depósitos, que por incidente qualquer explodirão. **Não há como exigir que tais firmas retirem esses depósitos**, mas é preciso trabalhar unido para **sensibilizar** os que podem decidir isto, a buscar um lugar onde os depósitos não ofereçam tais riscos, à vida e ao patrimônio das pessoas.*³⁵

Em dezembro a discussão retorna a partir de encontros da Câmara com os empresários:

*Adriano Bailoni Jr - comentou o encontro com empresários revendedores de petróleo especialmente vindos a Casa para um entendimento. Os representantes da Esso, da Texaco e da Atlantic trocaram idéias com Bailoni Júnior sobre a retirada dos depósitos do centro da cidade, mostraram-se cheios de boa vontade e reconhecendo a necessidade da medida **alegaram que o processo é mais longo porque depende de deliberação superior**. Argumentaram os líderes do combustível na região que se o prefeito determinar uma área específica para um Terminal de Petróleo fica mais fácil de convencer os escalões superiores das companhias e precipitar a decisão (...)*³⁶

O que essas discussões tem de peculiaridade é a ausência da participação dos moradores e da outra empresa localizada na região, o Moinho de Trigo Sete Irmãos, essa última por não ser considerada uma empresa que representava perigo. Das atas notamos a preocupação dos vereadores com os depósitos de combustível, mas esperavam pela boa vontade dos empresários para solucionarem o problema.

A chamada *sensibilidade* dos empresários estava sendo aguardada há uma década. E mais, *sensibilidade* me parece ser um sentimento que toma

³⁵ **Ata da terceira sessão da nona reunião ordinária de 1983**, realizada em 07 de novembro de 1983. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. (não grifado no original).

³⁶ **Ata da terceira sessão da décima reunião ordinária de 1983**, realizada em 05 de dezembro de 1983. CDHIS, Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. (não grifado no original)

significados diferentes quando tratamos de empresários, poder público e moradores. A moradora Wilma Ferreira de Jesus relata que *quando explodiu lá em Vila Socó, a população ficou muito sensibilizada*. As empresas não estavam sensíveis à vida das pessoas daquele bairro. Esse sentimento colocado pelos vereadores é, para os empresários, doação de outros terrenos e vantagens por parte da Prefeitura para *convencer os escalões superiores*, enquanto os moradores estavam falando de sensibilidade em relação às suas próprias vidas que corriam perigo.

Percebe-se que diferentes correntes políticas de Uberlândia passam a discutir a questão dos trilhos, o prefeito Zaire Rezende, a comissão de moradores e alguns vereadores como os citados acima³⁷.

A comissão de moradores começa o seu debate a partir do ano de 1984. Agora esses moradores, reunidos na comissão, portanto outros sujeitos sociais e não mais aqueles dominantes de décadas, entram no conflito. A entrada nesse processo se dá com a construção de um abaixo-assinado:

*O prefeito Zaire Rezende, disse que irá interceder junto à diretoria da Ferrovia Paulista S/A e ao governador Franco Matoro para a retirada definitiva dos trilhos de ferro da FEPASA situado paralelamente à Av. Monsenhor Eduardo. A declaração foi feita à Comissão de Moradores do Bairro Bom Jesus que esteve em seu gabinete em companhia do vereador Pedro Matias (PMDB), **para entregar um abaixo-assinado com 807 assinaturas**, onde pedem providências nesse sentido.*³⁸

A campanha e as promessas de Zaire Rezende foram em 1982, ele assume em 1983. Esse primeiro abaixo-assinado é entregue pelos moradores em fevereiro de 1984, portanto já passado um ano de governo. Percebe-se que nenhuma ação efetiva do governo Zaire tinha sido tomada, no sentido de

³⁷ Alguns vereadores que compunham a comissão especial da Câmara para discutir o trilhos, como Adalberto Duarte da Silva e Adriano Bailoni Júnior eram ligados à linha do ex-prefeito Virgílio Galassi, portanto oposição ao governo Zaire Rezende.

³⁸ **Prefeitura pede em São Paulo saída dos trilhos da FEPASA**, Jornal Correio de Uberlândia, 04/02/1984. (não grifado no original).

cumprir a sua promessa de campanha, é a partir dessa espera que criam a comissão para cobrar do poder público.

O abaixo-assinado da comissão de moradores tem, então, o intuito de cobrar essa promessa. Os moradores passam a influenciar na discussão dos trilhos nesse momento. O pequeno grupo de moradores tem um poder de pressão sobre o poder público muito pequeno. São vinte e um moradores e para aumentar o poder de negociação usam a velha tática do abaixo-assinado.

O abaixo-assinado era, para muitas associações de bairro, o primeiro passo de uma negociação, todas as necessidades dos moradores eram levadas pelas diretorias e quando não atendidas de pronto, buscavam o maior número de assinantes no bairro para mostrarem a insatisfação de todos os moradores. Era a partir do não atendimento do documento que os moradores tentavam outras alternativas.

O abaixo-assinado tem também uma outra função, a de chamar a atenção dos moradores. A comissão de moradores tem no momento de passar nas casas pedindo assinatura à chance de conversar e mostrar a sua proposta aos assinantes e trazê-los para o movimento, convertendo, assim, num veículo de propaganda, não só do movimento, mas também da comissão.

É com esses intuitos, de reunir nomes para mostrar um desejo coletivo e de chamar os moradores, que a comissão saiu batendo de porta em porta e conversando com as pessoas - fazendo política - e conseguem 807 assinaturas, aí sim, um montante forte o suficiente para ir até o gabinete do prefeito.

Dentro da proposta do governo Zaire, de manter aberto o diálogo com a população organizada, ele se mostra receptivo. Essa foi uma característica dessa prefeitura, atender as reivindicações desde que elas partissem de uma associação ou organização parecida, isto é, para receber os moradores o prefeito exigia que existisse uma organização destes em torno de uma liderança.

A entrada desses sujeitos dá uma outra dinâmica no processo de discussão dos trilhos, agora não é simplesmente uma negociação entre

prefeitos, governadores e empresários, estas passam a sofrer a intervenção desse outros sujeitos com outros interesses colocados em pauta. Estabelece aí um confronto de grupos diferentes, de um lado o poder público e empresários; de outro, os moradores. Nesse embate estão olhares diferentes para o mesmo espaço o que transforma em conflito as negociações onde apenas a classe dominante falava e decidia. Sem a pressão popular o problema só se arrastava.

Os moradores do bairro sofriam com o mesmo problema, os trilhos e os terminais, recebem uma promessa do candidato a prefeitura em 1982 e não vendo essa promessa ser cumprida começam a discutir em torno de uma comissão de moradores o seu problema. Nessa reivindicação vão se chocar com os empresários que utilizavam a ferrovia para o transporte dos seus produtos.

Mais do que discutir sobre aquele espaço urbano, os moradores passam a colocar no debate o seu olhar. Como já foi dito, o Bairro Bom Jesus tem um aspecto importante em relação a outros, é um bairro muito perto do que é considerado centro da cidade.

Por isso os vereadores falam em retirar os depósitos do centro, e os moradores falam em retirar do “nosso” bairro. Essa diferença extrapola a nomenclatura desse espaço, passa a ser uma diferença de concepção do espaço urbano. O centro como um lugar onde se concentra a atenção das reformas urbanas, o espaço de circulação, onde a elite deposita as suas atenções para construir sua concepção “liberal” de cidade, onde concentra o comércio (grandes lojas e bancos). Para a população o centro está mais ligado ao local de trabalho, compra, pagamentos, é um local de passagem, distante.

O bairro é o local mais próximo dos moradores, é onde moram, onde vivenciam as suas experiências. Para os moradores aquele espaço tem outra importância diferente do poder público. A prefeitura pensa o espaço urbano (principalmente o centro) em função de alguns projetos “urbanísticos” que partem da lógica da circulação de mercadorias, da ética do mercado etc.

O bairro é onde os moradores passam a maior parte de suas vidas, criam amizades (e inimizades), criam os filhos, onde ficam as escolas, a igreja, enfim, constroem relações culturais, onde têm o seu lazer, onde trocam suas experiências nas mesas de botequim.

Richard Hoggart faz uma bela discussão da vida da classe trabalhadora sobre a ótica cultural³⁹. Em um dos subtemas do trabalho o pesquisador fala da vida no interior dos bairros⁴⁰ e como esses tem um valor especial para as pessoas:

*Toda gente sabe a vida de toda gente, e em grande pormenor: aqueles têm um filho que fez fortuna ou que emigrou, aqueles outros uma filha que levou mau fim ou que se casou bem; o velhote que vive sozinho da sua pensão compra carne de cavalo e fuma uma mistura barata de ervas; aquela dona de casa já entrada tem mania das limpezas, esfrega os parapeitos das janelas e os degraus da porta duas vezes por semana, ajoelhada num bocado de linhagem, e vai ao ponto de lavar o tijolo até à altura dos ombros; determinada rapariga teve o filho mulato depois das visitas anuais do circo, há uns anos atrás (...).*⁴¹

Esse detalhe de descrição da vida do outro só é possível no interior dos bairros, é nesse local que as pessoas conseguem um contato maior com as outras (mesmo que para detalhar a vida alheia) e esse contato facilita no momento de pedir a assinatura de um documento reivindicativo, facilita no momento de chamar um vizinho para uma passeata.

Nesse sentido há uma diferença quando os moradores falam em retirar algo do seu bairro, é uma noção que se está modificando o local onde vivem, é estar tomando parte das decisões que poderão modificar essas relações discutidas por Hoggard, e, por fim, é decidir sobre a urbanização de um local

³⁹ O pesquisador usa termo cultura num sentido amplo, tratando de modos de vida, e não no sentido reduzido de cultura enquanto representação artística: filme, teatro, música.

⁴⁰ O texto é sobre a classe trabalhadora inglesa e nesse sentido guarda algumas especificidades desses sujeitos.

⁴¹ HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora com especiais referências a publicações e divertimentos**. Portugal: Editorial Presença, 1973, p. 73-4.

muito próximo, o local das relações sociais, da sociabilidade, sentem-se capazes de intervir no espaço que ocupam.

A partir do bom e velho abaixo-assinado a comissão de moradores sente que precisa criar outras estratégias de luta. Consegue chamar atenção do poder público e da imprensa mas sabem que é insuficiente para exercer uma pressão que consolide os seus anseios. Os próprios moradores que compunham a comissão fazem a sua avaliação quando relatam que

*foram positivos os efeitos da iniciativa tomada [abaixo-assinado] e, que, **a resolução deste, e de outros problemas, só é possível acontecer, se os moradores do Bairro se unirem para reivindicar.** Solidificados nesta idéia, todas as pessoas participantes da reunião chegaram à conclusão de que realmente é necessário a formação da Associação de Moradores”⁴².*

Precisamos nos deter um pouco nessa avaliação dos moradores. A comissão foi muito bem recebida pelo prefeito, tudo dentro da prática da prefeitura Zaire Rezende. A partir dessa receptividade a comissão de moradores chega a conclusão de que necessitam criar uma associação. A idéia de associação causa algumas confusões entre alguns participantes da comissão. Juridicamente a Associação dos Moradores do Bairro Bom Jesus só foi criada em 1986, depois da retirada dos trilhos. Até este ano ela era apenas uma comissão, mas para a D. Maria Aparecida Rosa essa organização não jurídica era a associação, depois de 1986 ela avalia de forma diferente:

Aí acabou a associação [logo depois da retirada dos trilhos] a Wilminha andou reunindo algumas vezes mas como o partido PT era muito radical na ocasião, porque hoje ele melhorou muito, era muito radical então ela se revoltou né..., aí logo desfez a associação, acabou e tudo

⁴² **Ata da primeira reunião**, 04 de maio de 1984. CDHIS, Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. (não grifado no original).

*não teve mais associação dos moradores, o Virgílio entrou e aí não teve mais associação de moradores.*⁴³

Alguma coisa não está encaixando nesse processo. Para D. Maria Aparecida Rosa a institucionalização da Associação não representa ganho, pelo contrário ela acaba. A organização informal em torno da comissão e todo o trabalho político desta, na luta, é para esta moradora, o trabalho da associação, não importa se era reconhecida juridicamente ou não. Novamente temos uma discussão dos moradores que mostra os conflitos dentro da comissão e mostra que esse processo de luta em torno dos trilhos não foi hegemônico mesmo entre os moradores.

Esta confusão conceitual também esta nas Atas. Em 1984 uma reunião da comissão de moradores é realizada *para a formação de uma Associação de moradores do Bairro Bom Jesus. Nesta reunião participaram 21 pessoas*⁴⁴. Este grupo vai estar à frente do processo até a retirada dos trilhos, alguns se colocando como membros de uma comissão, outros como membros da associação.

Está claro que os moradores não lidam com a experiência de luta de forma igual, basta vermos que, de 807 assinaturas, pouco mais de vinte participam das reuniões que formaliza a comissão. Alguns moradores acreditam que precisam se dedicar à luta, que precisam ir ao gabinete do prefeito e estar de corpo presente durante todo o processo de luta. Vários elementos podem ser levantados numa justificativa que levaria um morador ou outro a participar de forma efetiva nas reuniões, nesse sentido acredito ser impossível tratarmos desse universo amplo de 807 moradores, podemos entender alguns.

Reunidos em torno da comissão, os moradores têm mais estrutura para por em práticas as estratégias de luta. Não lidam com o processo de forma

⁴³ **Maria Aparecida Rosa**, op. cit. Na verdade a associação continuou mas não com a mesma movimentação, a relação com a prefeitura se dava mais através de ofício.

⁴⁴ **Ata da primeira reunião**, 04 de maio de 1984. CDHIS, Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia.

individual, é muito importante para os moradores integrantes da comissão mostrar unidade, conjunto. Essa estratégia da unidade é percebida quando D. Maria Aparecida fala que :

Nós fazia assim, primeiro a gente fazia as reuniões toda semana e quando ela [Wilma] convocava a gente lá para pressionar as autoridades então a gente ia na prefeitura de grupo, nós não íamos assim de três não, ia todo mundo, chegava lá o prefeito atendia, outra hora era o vereador que atendia.⁴⁵

A complexidade das relações entre moradores e poder público pode ser vista quando observamos o comportamento da comissão de moradores frente aos vereadores. Num momento os moradores procuram “amigavelmente” o seu apoio indo até a Câmara negociar:

O Conselho Municipal de Entidades Comunitárias, representado por João Luiz Neto e Vilma Ferreira de Jesus, esteve dialogando e pedindo apoio do Legislativo dentro da retirada dos trilhos da FEPASA, na avenida Monsenhor Eduardo (...).⁴⁶

Em outro momento os moradores deixam a negociação “amigável” para pressionar:

[a retirada dos trilhos] ...só poderá ser possível com a participação de todos nós moradores, sua entidades e os políticos comprometidos com o nosso bem-estar e segurança (...).⁴⁷

A fala dos integrantes da comissão de moradores parece comum, pedindo a união de todos e chamando o apoio do poder público, mas eles

⁴⁵ Maria Aparecida Rosa

⁴⁶ Câmara Municipal recebeu representantes do Conselho Municipal de Entidades Comunitárias. Jornal Correio de Uberlândia, 28 de setembro de 1984, p. 12.

⁴⁷ Zaire Rezende recebe documento pela retirada dos trilhos e terminais de Petróleo. Jornal Correio de Uberlândia, 27 de Setembro de 1984, p. 01.

trazem nessa fala uma forma de pressionar os *políticos*. Percebe-se que não separam esses políticos por partidos ou outras divisões, a cobrança é para todos (se situação ou oposição) e os obriga a defender a sua causa já que os que agirem de forma diferente estarão demonstrando a falta de compromisso com a população da cidade. Este tipo de pressão é muito importante nesse processo porque demonstra a sagacidade da comissão que não radicaliza com os vereadores (não invadem a Câmara ou aprontam um quebra), devido aos limites impostos ou pelo respeito às regras, mas também não lhe deixam opções, ou os apóia ou serão considerados políticos que *não pensam no bem-estar* dos moradores. É uma negociação dentro das regras colocadas pela sociedade, mas tem um efeito porque os vereadores precisam mostrar compromisso com a população para serem novamente eleitos.

A dimensão que o movimento toma⁴⁸ e as disputas políticas em torno dele — de vereadores e prefeito — faz com que os vereadores assumam como representantes do desejo popular ou correriam grandes riscos de serem vistos como inimigos da população. É justamente essa tensão entre os grupos políticos que dá poder de fogo aos moradores, e é ela que ajuda a pressionar o poder público.

Um outro dado interessante na construção do discurso dos moradores a respeito do bairro e a favor da retirada dos trilhos vem do discurso histórico da elite sobre a cidade, o progresso. Mas agora não é o progresso da cidade, é o progresso do bairro:

(...) [a] **retirada dos trilhos da Fepasa**, que corta todo o Bairro e, que além de interceptar o acesso do bairro **impedindo seu progresso**, ainda é motivo de preocupação, devido ao perigo de acidentes como: atropelamento pelos vagões – que já ocorreu várias vezes – e explosão de um dos postos da TEXACO ou ATLANTIC que se servem deles.⁴⁹

⁴⁸ Inclusive espaço na primeira página do jornal de maior circulação da cidade.

⁴⁹ **Histórico.** Ata da Associação dos moradores do Bairro Bom Jesus, 18-05-1984. CDHIS, Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. (não grifado no original).

Aqui reside uma discussão importante sobre o que se entende de progresso. Já falamos na introdução que não discutiríamos a cidade pelo discurso do progresso e eis que ele surge na fala dos moradores e não podemos deixar essa “fala” passar em branco.

Primeiramente quero afastar a velha crença de ufanismo dos moradores. Dizer que querem o progresso do seu bairro não significa que já incorporaram o discurso da elite, eles o fazem como estratégia de luta, como justificativa para verem atendidas às suas necessidades básicas ou cotidianas. Se o poder público fala tanto em cidade-progresso, os moradores apropriam desse discurso e o colocam dentro da sua pauta de reivindicação. Se a cidade é voltada para o progresso nenhum bairro pode ser excluído desse processo, os moradores voltam o discurso da elite e do poder público a seu favor e como forma de pressionar as empresas e a prefeitura.

A própria noção de progresso apresentado pelos moradores difere da noção construída historicamente pela elite. A concepção da elite envolve apenas os detentores do poder econômico e político da cidade, é feita a partir de projetos destes sujeitos sem contar com a participação da população nas decisões. Essa população nem mesmo se vê beneficiada já que a grande maioria é excluída dos benefícios trazidos, que é, essencialmente econômico e pensado em termos de lucratividade para essa minoria, dominante.

Quando os moradores falam em progresso do seu bairro, tem nesse termo algumas diferenças, não que queiram socializar todos os benefícios do bairro. A grande diferença é a participação direta destes sujeitos nas decisões que envolvem o seu dia-a-dia. O progresso significou sempre na cidade de Uberlândia, construção de parques industriais, crescimento do comércio, construção das grandes avenidas no centro da cidade, enfim o uso do poder público para beneficiar uma pequena minoria da população. Quando os moradores começam a colocar na sua pauta de reivindicação o direito de ter acesso ao progresso, um outro olhar, o olhar da maioria excluída aparece. É a experiência de construir caminhos, de poder escolher, de participar da

construção dos espaços urbanos mais importantes para eles. Nesse sentido não se pode falar em cidade construída unicamente com projetos de elite.

E no processo da luta, essa construção popular de progresso gera conflitos entre os próprios moradores. A experiência no conflito com as empresas de petróleo leva o Conselho Municipal de Entidades Comunitárias⁵⁰ a se aproximar da Comissão de Moradores do Bairro Bom Jesus e a partir dessa aproximação o conflito do bairro passa a ganhar corpo e se tornar conflito da cidade.

Outra consequência da aproximação desse conselho com a comissão de moradores do Bairro Bom Jesus foi à ampliação do debate sobre os terminais de combustível e os trilhos para além das fronteiras do Bairro Bom Jesus. O próprio documento escrito por eles foi enviado para várias associações e distribuído para a população em geral. Podemos ver o alcance desse debate na seguinte notícia:

A Associação de Moradores do Custódio Pereira e Alto Tibery está convocando toda população uberlandense para se fazer presente à reunião que fará realizar dia 05 deste mês de agosto, no Salão Paroquial da Igreja do Bom Jesus, a partir das 16:00 horas, quando será discutida a retirada dos terminais armazenadores de combustível da Texaco, Atlantic e Shell, situados no Bairro Bom Jesus, mas que conforme está destacado no convite da entidade, "trata-se de um assunto de interesse de toda a população da nossa cidade e não apenas dos moradores daquela região. Não gostaríamos de ver repetida em Uberlândia a tragédia ocorrida em Vila Socó, Cubatão".⁵¹

⁵⁰ Este conselho congregava as associações de bairro de Uberlândia, movimento estudantil, e outras entidades representativas. A Secretaria de Ação Social da Prefeitura Municipal também tinha assento dentro deste conselho. Para saber mais ler: ALVARENGA, Nizia M. **As associações de moradores em Uberlândia: um estudo das práticas sociais e das alterações nas formas de sociabilidade**. São Paulo: PUC, 1988. (Dissertação de Mestrado); JESUS, Wilma Ferreira de. **Poder público e movimentos sociais aproximações e distanciamentos: Uberlândia – 1982-2000**. Uberlândia: UFU, 2002 (Dissertação de Mestrado).

⁵¹ **Moradores do Custódio Pereira e Tibery vão se reunir dia 05 para discutir sobre os terminais armazenadores de combustível**. Jornal Correio de Uberlândia, 03 de outubro de 1984.

Bairros distantes do Bom Jesus, como Tibery e Custódio Pereira, que não estavam participando das discussões sobre os trilhos e não poderiam ser prejudicados com o perigo dos terminais de combustíveis⁵², e assim não corriam risco de vida com uma possível explosão passam a ajudar os moradores desse bairro no objetivo de retirar os trilhos.

Essa “ajuda” das outras associações abre para discutirmos sobre o embate político em torno desse movimento. A discussão inicial sobre a retirada dos trilhos se torna uma discussão sobre a cidade de Uberlândia e nesta diferentes grupos políticos passam a se confrontar. A comissão criada pelos vereadores tem no um dos seus líderes, Adalberto Duarte da Silva, um político ligado ao grupo do ex-prefeito Virgílio Galassi⁵³, o Conselho de Entidades Comunitárias tinha entre os seus conselheiros membros da Secretaria de Ação Social da prefeitura Zaire Rezende e junto com esses grupos está a comissão de moradores do Bairro Bom Jesus.

O envolvimento de outras associações de bairro no processo de luta do Bairro Bom Jesus se dá através do CMEC. Este conselho tinha entre os seus membros diversos diretores de associações. Esta união leva a uma outra reflexão: o quanto o discurso trazido pelo conselho, de luta do povo de Uberlândia era realmente verídico, e mais, quando esse discurso é construído num conselho com influência da prefeitura, o resultado da batalha – a retirada dos trilhos – não correria o risco de ser creditado ao prefeito, não seria uma grande estratégia de Zaire Rezende colocar-se à frente das negociações? Com o envolvimento do CMEC os créditos dados ao prefeito poderiam ser rapidamente levados aos bairros mais distantes do Bom Jesus.

Parte desse processo de discussões e embates chegou ao fim no início do ano de 1985, com a seguinte notícia:

⁵² O Bairro Custódio Pereira até tinha um fato que vinha de encontro com a discussão do Bairro Bom Jesus, a convivência com o barulho dos trens de ferro, já que nesse bairro está localizada a estação ferroviária, mas não me parece que estavam discutindo a sua convivência com os trilhos nem reclamando sobre ela.

⁵³ Virgílio Galassi fora prefeito de Uberlândia de 1978 a 1982 ainda pelo antigo partido ARENA, nas eleições de 1982 o seu candidato Alceu Santos foi derrotado por Zaire Rezende (PMDB), mas eleições de 1988 Virgílio Galassi retorna, agora filiado ao PDS, permanecendo até 1992.

Os terminais armazenadores de combustível das empresas Atlantic, Esso e Texaco não mais estarão na avenida Monsenhor Eduardo, bairros Operário, Brasil e Bom Jesus dentro de um ano, e também os trilhos da estrada de ferro FEPASA – Ferrovias Paulista S/A, com prazo semelhante deverão ser retirados.⁵⁴

Digo parte porque a partir desse anúncio outras disputas serão travadas. Saem as empresas de combustível entra o Moinho de Trigo Sete Irmãos. Para além desse novo conflito entra na cena política a disputa pela memória desse processo com diferentes sujeitos tentando se colocar como “heróis”. Essa nova dimensão do conflito, assim como o destino da avenida Monsenhor Eduardo serão tratados no próximo capítulo.

⁵⁴ **Retirada dos trilhos da FEPASA assegurados desde 1983**, Jornal Correio de Uberlândia, 21 de maio de 1985.

CAPÍTULO II.

OUTRAS DISPUTAS

Com o decreto do Conselho Nacional de Petróleo, obrigando as empresas que comercializavam combustíveis a saírem do Bairro Bom Jesus, a retirada dos trilhos de ferro passa a ser uma possibilidade mais concreta.

Porém havia outra empresa a se beneficiar da ferrovia, o Moinho de Trigo Sete irmãos, esta endurece e tenta retroceder no processo de negociação que parecia chegar ao fim. Essa empresa, que não tinha planos de mudar para o Distrito Industrial, reafirmou o interesse de continuar usando os trilhos e estabeleceu novas negociações com o poder público. Uma notícia publicada pela imprensa local mostra como se davam essas negociações:

A Comissão Especial da Câmara Municipal, composta pelos vereadores Antônio Naves de Oliveira, Adalberto Duarte da Silva e Adriano Bailoni Jr., segue seu trabalho em torno da retirada dos trilhos de ferro ao longo da avenida Monsenhor Eduardo. Foi feita uma visita ao Moinho de Trigo Sete Irmãos, quando foi recebida pelo seu diretor Osmar Carrijo. Depois de vários entendimentos foram colocadas sobre a mesa três alternativas visando a transferência do Moinho de Trigo. 1ª - construção dos Silos de Trigo no Terminal Ferroviário (...). Obra orçada pela Construtora Rodisa Ltda., de Belo Horizonte, em cinco bilhões de cruzeiros. 2ª - Seria feito um 'trigoduto', uma tabulação da FEPASA até o Moinho. 3ª - Fazer ao lado da avenida Monsenhor Eduardo trilhos embutidos no asfalto (...) com horário pré-determinado para descarregar no Moinho. As duas primeiras foram consideradas inviáveis. (...) A última alternativa é a que ganhou mais estudos e pode ser considerada inviável. Já existem obras idênticas nos grandes centros brasileiros⁵⁵

⁵⁵ **Moinho de Trigo faz sugestões à comissão da Câmara.** Jornal Correio de Uberlândia, 26 de julho de 1985, p. 12.

Como podemos perceber pela notícia acima o Moinho de Trigo Sete Irmãos não abria mão dos trilhos. As novas negociações em torno do problema são iniciadas como as primeiras – as empresas de combustíveis –, sem a participação dos moradores do bairro. Também pela notícia do jornal Correio de Uberlândia identificamos a posição dos vereadores de acatar as “sugestões” da empresa e com o aval do jornal, que noticia obras parecidas nos *grandes centros*. Essa é uma estratégia muito usada pelo poder público e também pela imprensa aliada a este: convencer a população que determinada obra é importante por já existir modelos em cidades maiores. Tenta-se mostrar que os padrões das grandes capitais são os ideais e que este é o caminho de Uberlândia, como se este fosse o melhor para a cidade. Para seguir este caminho a população precisa aceitar determinados desconfortos.

Lidar com a empresa beneficiadora de trigo foi mais difícil do que com as outras empresas que comercializavam derivados de petróleo. Essas últimas não impunham muita resistência, primeira por já terem planos em relação ao outro bairro da cidade, o Distrito Industrial. Segundo por agir contra essas empresas o fato de lidarem com produtos que provocavam um perigo iminente de acidente, isto é, elas representavam uma ameaça à vida das pessoas.

Como tratar, agora, com uma empresa que tinha um outro significado? Que não estava ameaçando a vida dos moradores? Nessa negociação as posições políticas passam a ficar mais claras, os moradores que compunham a comissão, como visto acima, não cedem, já caminharam um percurso muito longo para deixar os trilhos na avenida. Os vereadores já não usam o discurso direto, com fizeram em relação aos terminais de combustíveis, passam a ter um tom conciliatório.

Nesse momento o conflito em torno da retirada dos trilhos já havia ganhado corpo e atingido uma dimensão muito grande. Não só outras associações já estavam participando das discussões, através do Conselho

Municipal de Entidades Comunitárias (como relatado no primeiro capítulo), como a imprensa vinha acompanhando de perto esse processo.

Em consequência dessa dimensão as disputas políticas dentro do poder público se acirram. Os vereadores que compunham a comissão especial para discutir os trilhos reuniam com os empresários, mas tinham que mostrar para os moradores que estavam trabalhando para entender as suas reivindicações.

Nessa disputa política vão surgindo estratégias de ambos os lados (vereadores e o prefeito) para se colocarem do lado da população. Podemos perceber pela notícia abaixo como os vereadores agiam no sentido de mostrar que estavam “lutando” para retirar os trilhos:

*Atendendo ao apelo dos moradores da avenida Monsenhor Eduardo, no Bairro Bom Jesus, no sentido de retirar os trilhos da Fepasa daquela região, como forma de acabar com o perigo que eles oferecem à população local, por causa dos inúmeros desastres provocados pelos trens de ferro, que fazem o embarque e desembarque de cargas do Moinho de Sete Irmãos, instalado nas imediações, a Comissão de Vereadores formada para este fim enviou correspondência ao prefeito Zaire Rezende pedindo as providências (...)*⁵⁶

Passados três meses do encontro dos vereadores acima com o Moinho de Trigo, encontro onde eles demonstraram um apoio às sugestões da empresa, estes vereadores mandam ofício pressionando o prefeito para retirar os trilhos atendendo o *apelo* da população. A estratégia era negociar com a empresa, não poderiam abandonar esse apoio, mas jogar a responsabilidade sobre a solução do problema dos trilhos para o prefeito, mostrando através da imprensa, que estavam do lado dos moradores. Pelo menos naquele momento entendiam ser esta a melhor alternativa política. Evidente que não se converteram em

⁵⁶ **Comissão insiste na retirada dos trilhos.** Jornal Correio de Uberlândia, 02 de Outubro de 1985, p. 12.

ferrenhos defensores do desejo popular, mas na dimensão que as discussões ganharam e a intensa disputa que estavam vivendo, defender a retirada dos trilhos em alto e bom tom era a saída mais viável do ponto de vista político.

O prefeito Zaire Rezende também busca se colocar no processo de discussões, afinal a sua bandeira de campanha era a da administração participativa:

Aos dezoito dias do mês de Novembro de 1985 às 20:30 reuniu na Escola o sr. Prefeito, Diretora, corpo docente e discente e comunidade do Bairro Bom Jesus e Brasil. A reunião foi iniciada por Wilma Ferreira de Jesus que falou da importância da conscientização do povo para conseguir mudanças na Nova República. Dr. Zaire agradeceu a presença da comunidade e reafirmou as palavras de Wilma e em seguida começa a esclarecer sobre a questão dos "Trilhos", disse que já reuniu com a FEPASA, Cetrin, Moinho de Trigo e Cias. De Petróleo que já está afirmado que os trilhos sairão em fevereiro, digo em janeiro. A Cetrin e Moinho disseram que seria inviável a construção do Silo Omega fora da cidade devido ao transporte. A proposta apresentada pela Fepasa que o trigo seria trazido uma vez por dia até o moinho, outra seria que o trem pararia nos lugares de passagem dos transeuntes. Os trilhos seriam mantidos depois do moinho sendo retirados os que estiver antes. A Fepasa propõe também melhores condições para os pedestres. Estas condições propostas pela Fepasa não foi aceito pela comunidade que manifestou unânime. O Sr. prefeito disse que é desejo dele a retirada dos trilhos mas está difícil. Sr. Elci toma palavra em nome da comunidade e disse que se os trilhos não forem retirados a comunidade o fará⁵⁷.

O prefeito Zaire Rezende demonstra um desejo de retirar os trilhos, pelo menos nas reuniões com os moradores, mas mantém-se na postura de agente negociador, não deixa de forma clara qual a sua posição. Ao contrário do

⁵⁷ **Ata da reunião da Escola Estadual Treze de Maio com o Prefeito Zaire Rezende.** Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, 18 de novembro de 1985.

prefeito, o Sr. Elci deixa clara a posição da comissão de moradores, independente das propostas da empresa, não querem os trilhos.

Mas negociar com o poder público não era a única estratégia da empresa, percebendo a resistência dos moradores esta começa então a ameaçá-los. Primeiro o moinho de trigo usa o seu produto como forma de pressionar:

*Aos vinte e oito dias do mês de novembro de hum mil novecentos e oitenta e cinco, às 20:30 hs., reuniu-se no Salão Paroquial da Igreja Bom Jesus, o sr. prefeito Zaire Rezende, os representantes das Empresas Moinho de Trigo, Dr. Osmar Carrijo, o representante da FEPASA, supervisor regional, Dr. Enio Bruno de Freitas. A reunião foi aberta por Elci, morador do B. B. Jesus, que colocou todos à vontade, agradeceu às várias presenças e passando a palavra para o sr. prefeito, este fez relembra a reunião anterior, realizada no dia 18-05-85, neste Bairro, justificando a atual reunião: discutir a problemática "Retirada dos Trilhos de ferro do Centro do Bairro". A palavra foi passada para o Dr. Osmar Carrijo, que fez um histórico sobre **a importância do trigo para a população, o Moinho como Patrimônio da cidade, filosofia de implantação dos moinhos no Brasil, gastos, preços, lembrou as doações feitas pela empresa, as doações feitas, digo, para vários benefícios em Uberlândia.**⁵⁸*

Na citação acima fica clara a mudança do discurso. Para se beneficiar nestas negociações o moinho de trigo tenta desviar a discussão, do perigo dos trilhos para a importância do produto que ela trabalha. Agora é uma empresa que usa a sua mercadoria (as anteriores tinham nos seus produtos o principal problema) nas negociações. O pão como alimento sagrado passa a ser a principal "arma" da empresa. Jogando o discurso para esta direção os empresários tentam tirar da comissão de moradores a legitimidade alcançada quando a discussão era com as primeiras empresas. Se as empresas que

guardavam combustíveis eram um perigo para os moradores, o moinho tenta se colocar como benéfico, doadora, patrimônio da cidade, que produz matéria-prima para o pão, quase uma empresa pública.

A resposta para essa discussão feita pelo moinho vem de forma direta:

*(...) a palavra voltou para a comunidade, para que os questionamentos fossem feitos. A primeira se referiu as doações aclamadas pelo Moinho de Trigo versus a retirada dos trilhos do centro do bairro. O padre João José falou do respeito que nós moradores merecemos e portanto considerar nossa reivindicação '**O que queremos não é ficar sem pão mas sem trilhos no bairro**'. Foi ressaltado pelos moradores a tentativa de convencer aos mesmos pelos representantes da mesa, lembrando que o sr. Osmar, representante do Moinho deveria estar do nosso lado, lado dos oprimidos e não querendo beneficiar ao capital em detrimento do interesse humano, do ser humano.⁵⁹*

Percebe-se na citação acima que a empresa não consegue desviar a discussão. Se o moinho não tem o risco de explodir, os acidentes provocados pelos trilhos continuam.

Na fala do padre João José nós percebemos o alcance desse debate, o quanto ele se tornou significativo e complexo. A empresa falava da importância do seu produto, o padre não desconsidera, pelo contrário, reforça que *querem o pão*, ou as doações da empresa, mas não querem os trilhos.

A fala do padre mostra bem a posição do embate, os moradores não estão discutindo os alimentos produzidos pela empresa, não é um embate sobre fome, preço de alimento, importância dele, a discussão são os acidentes e os prejuízos materiais que estão enfrentando.

⁵⁸ Ata da reunião entre moradores, Moinho de Trigo Sete Irmãos, FEPASA e o prefeito Zaire Rezende. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, 28 de novembro de 1985. (não grifado no original).

⁵⁹ Idem.

Evidente que o discurso acima, de oprimidos e opressores do padre, tem muito da influência da ala progressista da Igreja Católica, das Comunidades Eclesiais de Base. Essa era uma retórica usada nos debates políticos com os moradores nas pastorais. Mas devemos lembrar da D. Maria Aparecida em sua narrativa, no primeiro capítulo, sobre os padres progressistas, que discordavam do papel assistencialista de muitas associações e sindicatos de Uberlândia.

D. Maria Aparecida achava engraçado o comportamento desses padres e achava que essa postura vinha da influência que tinham de seu país natal, a Irlanda. Por esse relato podemos concluir que esse discurso classista, de oprimidos e opressores partiam de alguns componentes e não de todos os membros da comissão. Mas esse discurso ajudou na formação política e no endurecimento nas negociações.

Na entrevista realizada com a D. Maria Aparecida Rosa, em 2003, ela não traz essa discussão sobre as doações da empresa, sobre a questão do produto que ela trabalhava, nem mesmo opressores e oprimidos. Falando sobre o moinho ela diz que *os diretores do Moinho Sete Irmãos não queria... ameaçou de retirar [a empresa de Uberlândia], mas não havia necessidade porque hoje tem carreta, eles transporta e tudo aí, eles ameaçou de retirar, de mudar de Uberlândia (...)*⁶⁰. O que ficou para esta moradora foi simplesmente à ameaça da empresa sair de Uberlândia, e provocar um grande número de desempregados.

A ameaça de demissão é uma estratégia constante em negociações com empresários, este é o lado mais frágil dos trabalhadores e também dos moradores daquele bairro, quando as negociações se acirram, as empresas partem para esta ameaça. Esse foi o ponto principal que ficou para a D. Maria Aparecida, a importância do pão, da função social da empresa para a cidade não é relatada. Essa fala reforça o que foi dito acima, os moradores não

⁶⁰ Maria Aparecida Rosa, março/2003.

estavam preocupados com a farinha de trigo ou com o pão estavam preocupados com os trilhos e posteriormente com a ameaça do desemprego provocada pela empresa.

D. Maria Aparecida fala com muita tranquilidade das carretas, e que a empresa não tinha necessidade de sair, isso porque ela relata aquele momento a partir do que vive hoje, mas em 1986, o embate foi mais problemático.

Vendo que o discurso do pão e das doações não sensibilizou os moradores que participaram da reunião a empresa resolve jogar os seus trabalhadores contra os moradores do bairro.

Ameaçando de retirar de Uberlândia e mudar inclusive de estado, os empresários promovem uma mobilização dos seus trabalhadores pelas ruas do bairro. Esse é um momento extremamente intrigante desse processo que coloca os trabalhadores – e muito deles também moradores de bairro – em um embate direto com a comissão do bairro.

Estão nesse embate interesses diferentes os trabalhadores com medo de perderem os seus empregos, e nesse sentido ficar sem o salário é pior do que ficar sem trilhos, e os moradores ainda querendo ficar sem os trilhos, mas agora, sofrendo uma pressão muito maior.

Sobre a mobilização dos trabalhadores do Moinho a comissão de moradores responde com outro ato público:

Tendo em vista os recentes acontecimentos com relação à manifestação contrária à retirada dos trilhos desta Companhia no nosso bairro, pelo Moinho Sete Irmãos, vimos à V. S^a ratificar nossa posição já tantas vezes manifestada.

*Devido a esses acontecimentos acima citados, os moradores do bairro, voltaram a manifestar publicamente, desta vez através de uma grande passeata de veículos (...)*⁶¹

Mesmo sendo pressionados a comissão de moradores promove mais um ato público em resposta a empresa. Num primeiro momento fica essa imagem da resistência desses moradores que não temiam a nenhuma ameaça, nem mesmo a do desemprego. Voltando para as entrevistas obtemos outras informações. A moradora Wilma Ferreira de Jesus relata que:

*(...) a imprensa mesmo começou a pressionar para que a gente recuasse, para que nós recuássemos na nossa luta porque a empresa estava o tempo inteiro dizendo que iria se mudar. Nós fizemos várias reuniões com a prefeitura, com o prefeito Zaire Rezende na época, e ele dizia: "olha a prefeitura, nós reconhecemos a luta de vocês, achamos que vocês tem razão mas nós temos que ficar de fora embora a gente acredite que a empresa não vai sair de Uberlândia por causa disso" e inclusive sinalizava para nós, "olha a empresa tem tanto de lucro, não interessa para eles, eles tem um mercado importante na cidade e tal"*⁶²

Na fala da moradora podemos fazer algumas observações. Primeiro a postura do prefeito Zaire Rezende, que se mantém inalterada desde o início do processo, não se posiciona, ou se posiciona a favor dos moradores nas reuniões, mas deixam que eles resolvam os seus problemas por eles mesmos, e essa posição não é respeito à autonomia do movimento popular, é mais a forma de se garantir nos dois lados, das empresas e dos moradores.

Um segundo ponto importante dessa fala é o respaldo que a prefeitura dá a mobilização dos moradores dando garantias de que não interessa a empresa

⁶¹ **Correspondência enviada à Ferrovia Paulista S/A.** Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, 06 de maio de 1986.

deixar o mercado que a cidade lhe oferece. Esse respaldo não significou uma posição política clara do poder público, basta vermos que esse passa essas informações, diz aos moradores que estão do seu lado – os vereadores também estavam – mas diz que *tem que ficar de fora*, como se fosse uma entidade que pairava sobre a sociedade.

Esse jogo fica claro ao constatarmos que a prefeitura, por um lado dava informações sobre os lucros da empresa à comissão de moradores e por outro ela está negociando uma forma de atender aos interesses do Moinho:

*Nesta semana nós fizemos vários contatos com a Cetrim, que é o organismo do Banco do Brasil encarregado de manter a política do trigo em todo Brasil, com o Moinho Sete Irmãos e com a Fepasa, não somente com a diretoria regional, bem como a diretoria geral em São Paulo e procuramos enfim uma solução que atendesse a reivindicação do povo daquela região, ou seja, a desativação definitiva dos trilhos e que também atendesse aos interesses da empresa Moinho Sete Irmãos e a solução que nós propusemos a Cetrim, foi para que ela assumisse o encargo, o ônus, o custo, do transbordo do trigo nos armazéns da Casemg ou da Cibrazem, transportando de caminhões até o Moinho Sete Irmãos (...)*⁶³

A proposta do prefeito Zaire Rezende foi financiar os gastos da empresa com o dinheiro público já que este ônus viria do orçamento de um órgão vinculado ao Banco do Brasil. Este foi o primeiro arranjo do prefeito para convencer a empresa. O outro é citado pela moradora Maria Aparecida Rosa:

*A Wilminha era presidente, nós reunia lá... e Dr. Zaire era prefeito pela primeira vez, então ele recebia a gente, até falava pra gente o que puder fazer eu faço, só que depois eles tiveram que entrar em acordo com o Moinho aí, ceder um pedaço da avenida.*⁶⁴

⁶² Wilma Ferreira de Jesus, Jan/2003.

⁶³ Finalmente saem os trilhos da Monsenhor Eduardo. Jornal Primeira Hora, 18 de abril de 1986, p. 03.

⁶⁴ Maria Aparecida Rosa, março/2003.

questionamento dos moradores para construírem uma passagem nessa região, já que estavam isolados.

Nas fotos abaixo podemos ver o moinho e a região das negociações:



Fotos tiradas por Renato Jales Silva Júnior em 2003

As fotos foram tiradas da frente da casa da D. Maria Aparecida. Nesse local o trânsito de veículos é constante e em dias de imenso trabalho no Moinho de Trigo a situação fica ainda pior pelo grande número de carretas que trafegam por ali. Para os moradores só existe uma pequena passagem e, para chegarem do outro lado da avenida precisam atravessar três pistas. A pequena passagem

Fotos tiradas por Renato Jales Silva Júnior em 2003

As fotos foram tiradas da frente da casa da D. Maria Aparecida. Nesse local o trânsito de veículos é constante e em dias de imenso trabalho no Moinho de Trigo a situação fica ainda pior pelo grande número de carretas que trafegam por ali. Para os moradores só existe uma pequena passagem e, para chegarem do outro lado da avenida precisam atravessar três pistas. A pequena passagem foi construída depois, mais ainda assim esse local foi construído seguindo as pretensões do moinho de trigo e não a segurança dos moradores.

Feito os acordos entre prefeitura e empresa a notícia definitiva da retirada dos trilhos é dada pelo jornal Primeira Hora:

(...) Nesta reunião o diretor do Moinho faz reiteradas afirmações dos prejuízos que a empresa sofrerá pela substituição do transporte ferroviário (no espaço percorrido pela avenida Monsenhor Eduardo), pelo rodoviário, o representante da Fepasa pede mais tempo para a retirada dos trilhos, os moradores mostram-se intransigentes. Ao final, o diretor do Moinho diz: "resta parabenizar o bairro pela vitória".⁶⁵

Esta última frase do diretor do Moinho é, problemática. Uma empresa que resistiu, ameaçou e liberou os seus trabalhadores para fazerem passeata tentando desmobilizar os moradores que insistiam na retirada dos trilhos deixa, para esses moradores, os parabéns pela vitória, me parece muito despreendimento e muita democracia vindo de empresários.

Será que realmente o bairro ganhou? Depois de tantas negociações entre poder público e empresas, os moradores passaram a serem ouvidos? Os seus desejos passaram a estar no centro das decisões da prefeitura? Vamos analisar, no final deste capítulo, reconstrução da avenida Monsenhor Eduardo.

⁶⁵ **Retirados ontem os trilhos da avenida Monsenhor Eduardo.** Jornal Primeira Hora, 09 de julho de 1986, p. 05.

No primeiro capítulo mostramos os caminhos conflituosos percorridos pela comissão de moradores do Bairro Bom Jesus até o momento em que conseguiram ver dada a ordem para iniciar a retirada dos trilhos de ferro que cortavam o seu bairro. O Momento de retirar os trilhos ganhou, então, grande importância simbólica para esses moradores. Um ato público foi promovido pela comissão de moradores que levaram faixas e registraram em fotos o momento de se retirar o primeiro gomo da ferrovia. Naquele momento há um sentimento de vitória e esse sentimento passa a ser disputado por vários agentes políticos da cidade. Pela dimensão que o movimento tomou, os grupos políticos da cidade sentiram a necessidade de demarcar as suas posições, afinal já estavam em 1987 e haveria eleições municipais em 1988. Não só grupos consolidados no poder público entram nessa disputa, moradores que compunham a comissão do bairro, que tinham opções políticas diferenciadas emergem nesse momento.

Nessa disputa percebemos três grupos em destaque: de um lado a prefeitura na figura de Zaire Rezende que traz desde a sua campanha uma estratégia política de aproximação com os bairros. Surge também nesse momento a Câmara, que cria uma comissão para discutir esse problema, compostas pelos vereadores Adalberto Duarte da Silva, Adriano Bailoni Jr. e Antônio Naves de Oliveira e por fim alguns membros da própria comissão de moradores do Bairro Bom Jesus que em meio a conflitos políticos e aspirações próprias, tentam colocar-se como grande agente desencadeador da “vitória”.

Cada um desses grupos desenvolve suas próprias estratégias. A imprensa desempenhou um papel importante nessas disputas. O Jornal Correio de Uberlândia noticia esse “momento de vitória” e elege os seus sujeitos principais:

Mais uma vez a tese defendida pelo presidente Antônio Jorge Neto ganha corpo. A valorização do poder Legislativo se faz sentir quando a notícia vem do Conselho Nacional do Petróleo que em reunião

*realizada, autorizou a retirada dos depósitos petrolíferos localizados ao longo da Avenida Monsenhor Eduardo. A Câmara Municipal constituiu uma Comissão Especial composta dos vereadores Antônio Naves de Oliveira (relator); Adriano Bailoni Jr. e Adalberto Duarte da Silva (membros) para tratar do assunto junto aos dirigentes das empresas (...). Um amplo dossiê foi preparado pela comissão e agora alcança resultado positivo em seu trabalho. A retirada dos trilhos e conseqüentemente a entrega da área pronta para receber importantes obras que será realidade brevemente. **É mais uma vitória do poder Legislativo mostrando o seu real e grande valor, em favor do crescimento de Uberlândia.***⁶⁶

A notícia acima deixa clara a posição do jornal de apoio ao legislativo, dando a este todos os louros da vitória. Mas não é simplesmente porque acreditam nesse poder como um todo, ou por acreditar na Câmara como espaço democrático e multilateral. A notícia desse jornal contém a sua posição clara quanto aos grupos políticos que se chocavam naquele momento. Os dois vereadores membros da comissão são integrantes do Partido da Frente Liberal e representavam na Câmara um grupo político derrotado nas eleições de 1982, grupo esse que estava ligado diretamente com o ex-prefeito Virgílio Galassi.

Além de ocultar qualquer participação do poder executivo, outro pólo da disputa, o jornal retira também a participação dos moradores. Lendo a notícia não vemos os vários conflitos estabelecidos em todo o processo, a insistência das empresas, a resistência dos moradores, enfim, fica a idéia de um caminho linear de surgimento de um problema, a decisão dos vereadores e a solução desse problema.

A prefeitura municipal e o sr. Zaire Rezende também tinha as suas estratégias e também contava com o apoio da imprensa. Um outro jornal da cidade, o Primeira Hora, tem outra versão para o processo:

⁶⁶ **CNP autoriza transferência de companhias e trilhos poderão ser arrancados.** Jornal Correio de Uberlândia, 12 de fevereiro de 1985, p. 01.

*Finalmente, depois de muita luta, tanto da administração municipal, bem como dos moradores do Bairro Bom Jesus, finalmente os trilhos da avenida Monsenhor Eduardo serão retirados pela FEPASA dentro de 60 dias (...)*⁶⁷

Esse jornal estava ligado ao partido do prefeito, o PMDB, e em sintonia com o discurso da administração participativa, divide os saldos entre a prefeitura e os moradores, evidentemente que com a administração pública em primeiro lugar.

Esse jogo político tem vários contornos, não só se colocar ao lado da população mais empurrar o adversário para o lado contrário, outra notícia desse período chama a atenção:

O vereador Geraldo Gomes Rezende (PMDB) denunciou, ontem, que o ex-prefeito municipal Virgílio Galassi, foi um incentivador da permanência dos depósitos de combustíveis, ao longo da avenida Monsenhor Eduardo, colocando em risco vidas humanas dos bairros Bom Jesus, Operário e parte do bairro Brasil. (...)

*... de acordo com os documentos do CNP, o prefeito Virgílio Galassi incentivou a permanência dos depósitos, ao aprovar e apoiar a ampliação dos depósitos da Ipiranga. Este apoio foi manifestado através do ofício assinado pelo advogado Aldo Prudente da Silva, na época chefe de Gabinete da Prefeitura (...)*⁶⁸

Na disputa por votos e pelo apoio dos moradores ninguém quer ficar do lado dos empresários, principalmente de empresas que foram “condenadas”. Nesse momento o discurso de trazer e proporcionar a ampliação das empresas passam a ser denúncias e não vantagens.

⁶⁷ **Finalmente saem os trilhos da avenida Monsenhor Eduardo.** Jornal Primeira Hora, 18 de abril de 1986.

⁶⁸ **Geraldo: Virgílio apóia permanência de Depósitos.** Jornal Primeira Hora, 24 de maio de 1985, p. 03.

O grupo que apoiava a prefeitura, capitaneado pelo PMDB ainda tinha outras formas de se promover além do jornal. Dentro da estrutura criada na “participação popular” o prefeito Zaire Rezende contava com o Conselho de Entidades Comunitárias para divulgar as suas realizações. A entrada do Conselho de Entidades Comunitárias no debate sobre os trilhos — já relatada no capítulo anterior — significou um passo importante para o prefeito. Esse conselho tinha entre os seus membros diretores das associações de bairro da cidade de Uberlândia e representantes da Secretaria de Ação Social da Prefeitura Municipal.

Esse contato ajudou a espalhar a discussão sobre os trilhos entre os vários dirigentes de associações de bairro e não só a discussão, como também o saldo final, a “vitória” e os seus “agentes principais”.

Este Conselho não foi, e não é objeto deste trabalho, mas cabe aqui pensar nessa tentativa de levar todas as realizações da prefeitura para os líderes de bairros. A estratégia inicialmente foi muito bem pensada, trabalhando com os dirigentes das associações a prefeitura poderia fazer uma campanha política ao longo de todo o seu mandato. Ouvindo esses dirigentes e fazendo o mínimo possível para atender a prefeitura poderia contar com “cabos eleitorais” e construir uma força política para futuras disputas. Mas a pesquisa feita no bairro Bom Jesus nos mostrou que houve uma distância entre os dirigentes de associações e os moradores, nem sempre o que era pensado por eles penetrava entre a população dos bairros e mais, os moradores conseguiam perceber, de modos diferentes, o jogo político que os rodeava.

Entre alguns componentes da comissão de moradores do bairro Bom Jesus também ocorreram disputas que de alguma forma sofreram influência do jogo no poder público. A moradora Wilma Ferreira de Jesus era militante do partido dos Trabalhadores que discutia uma administração pública participativa. A campanha do candidato Zaire Rezende em 1982 vinha de encontro com

esses anseios. Ao falar sobre aquela campanha Wilma Ferreira lembra que o [candidato] Zaire Rezende surgiu como uma grande novidade em Uberlândia ele vinha com um discurso de participação, discurso assim, ele vinha realmente com uma concepção de abertura⁶⁹. A administração Zaire Rezende significou, para um grupo político da esquerda de Uberlândia um avanço na democracia⁷⁰. Mas esse avanço acabou ficando apenas na ascensão de um novo grupo do PMDB à prefeitura em 1982 e na campanha de casa em casa.

Zaire Rezende não fez uma administração das grandes obras, dos viadutos, esse discurso pertencia à Virgílio Galassi, então a sua opção foi ligar o seu nome a democracia participativa. Para isso era fundamental mostrar que estava do lado dos moradores e que respaldava a união desses em torno dos seus anseios. Atender os moradores unidos em um propósito dava um melhor respaldo para a ação do prefeito, mostrava que apoiava os movimentos sociais. Um processo de mobilização como o do Bairro Bom Jesus com toda a cobertura dos jornais, se atendido, mesmo que parcialmente poderia provar o seu discurso.

Mas esse apoio a um projeto de esquerda ligada a idéia do direito à organização popular não era unânime na comissão, integrantes como o morador Antônio Carrijo participou de todo o processo, se candidatou e elegeu-se e esteve sempre ligado a grupos conservadores da cidade⁷¹. A eleição desse candidato demonstra uma distância ao *radicalismo* da esquerda que estava disputando a *confiança* dos moradores não só do Bom Jesus, como de outros bairros da cidade que se movimentavam em processos de discussões semelhantes, tentando melhorar as suas condições de vida. Essas disputas mostram como foi dinâmico esse processo originado na discussão dos trilhos.

⁶⁹ Wilma Ferreira de Jesus, Jan/2003.

⁷⁰ Em 2001 o mesmo grupo político ligado ao PT volta a apoiar uma candidatura Zaire Rezende, agora fazendo parte da administração com cargos em várias secretarias.

⁷¹ Antônio Carrijo se candidatou e elegeu-se vereador em 1987 pelo PMDB, logo após filiou-se ao PFL. Além do Bairro Bom Jesus, Carrijo participou de mobilizações no Bairro Tibery, pela retirada das máquinas de arroz.

Nesse momento a linha de ferro e a vida dos moradores deixaram de ser preocupação até mesmo desses moradores que compunham a comissão.

Mas as disputas não terminaram ali, a avenida ainda seria motivo de outros conflitos. Ao verem aquele espaço sendo desocupado a comissão de moradores do bairro passa a pensar o que queriam da avenida. Dessa reurbanização tiramos outras perguntas: enfim quais os resultados da reconstrução da avenida Monsenhor Eduardo? Como ela se deu? Qual a participação dos moradores no projeto? Quais os limites da vitória alcançada na primeira disputa dos moradores, a retirada dos trilhos?

Wilma Ferreira de Jesus nos explica como organizaram para discutir os rumos da avenida Monsenhor Eduardo:

*(...) Então quando nós pensamos a avenida nós pegamos elementos de toda a população, do bairro inteiro o que as pessoas achavam que era importante. Depois nós sentamos com os arquitetos da prefeitura que na época que era o Godoy, (...) e sentamos com ele para pensar um projeto para a avenida e fizemos inúmeras reuniões. (...). E aí nós pensamos uma avenida o seguinte: **tinha que conjugar a questão do trânsito, para fluir o trânsito e acabar com o problema que o bairro tinha que era a questão do fechamento da ferrovia e da rodovia, mas ao mesmo tempo nós não queríamos uma avenida que depois viesse a provocar acidentes, que tivesse trânsito rápido, entendeu.** Então quando nós pensamos naquele espaço pensamos em **áreas de lazer** (...). Então nós pensávamos a avenida assim, com **espaços para as crianças** jogarem... (...). Pensamos **espaços para as pessoas idosas** sentar, jogar, aquelas pessoas idosas que gostam de ir para a praça (...), sentar e bater papo, jogar baralho, jogar dama, então nós pensamos um espaço desse também. **Nós pensamos em jardinagem, que tipo de árvore** (...) ⁷².*

Por essa narrativa, percebe-se o grande interesse dos moradores em pensar um espaço para o seu bairro. O projeto acima descrito mostra um

⁷² Wilma Ferreira de Jesus, Jan/2003.

conjunto de obras que visavam atender públicos diferentes (crianças e idosos) e ainda atentava para a questão ambiental, mantendo uma boa arborização do local. Esse projeto me parece algo muito idealizado.

Outros moradores também falam desses projetos. D. Maria Aparecida tem outra visão sobre as áreas de lazer:

Então tinha divergência nas opiniões, uns queria que tivesse uma avenida de duas pistas e uma área de lazer no meio porque ficava muito distante e podia aproveitar fazer jardim e criar área de lazer mas isso daí é uma opinião que não foi aceita porque ora, como fazer área de lazer numa avenida com duas pistas e num movimento que seria aqui porque estava construindo o Distrito Industrial então o movimento aqui era provável que seria muito então essa opinião... depois o Flávio fez a maquete, então era assim um canteiro, preservava as árvores que tinha, fazia os canteiros bonitinhos tudo e duas pistas.⁷³

Pela fala da D. Maria Aparecida, notamos que o *nós pensamos* da moradora anterior não representa todos os moradores. Ambas as moradoras tentam passar os diferentes projetos como representantes da maioria. Outro morador o Sr. Iverso Rodrigues Miranda, que também presidiu a associação de moradores do Bairro Bom Jesus (1990-1992), fala sobre a avenida:

(...) bom durante o meu tempo lá como morador e também depois na época lá como presidente da associação foi feito um trabalho de pesquisa lá para ver o que era mais viável para a avenida Monsenhor Eduardo, foram mostrados para nós vários projetos, nós discutimos esse negócio. Então a única coisa que nós tínhamos em mente que realmente aquilo ali teria que passar para uma avenida, que ali não tinha e não tem outra opção a não ser transformar aquilo ali numa avenida como é hoje (...).⁷⁴

⁷³ Maria Aparecida Rosa, março/2003.

⁷⁴ Iverso Rodrigues Miranda, entrevista concedida em 06 de junho de 2003. (não grifado no original)

No fim apareceram vários projetos, muitos moradores queriam aproveitar a oportunidade e tirar do bairro tudo aquilo que acreditavam ser prejudicial: postos de gasolina e as casas de shows que existiam (e algumas ainda permanecem) ao longo da avenida:

E na época veio também essa discussão: “olha nós não queremos mais as casas de show, nós não queremos isso, não queremos aquilo”, nós não queríamos postos de gasolina porque estávamos tirando os terminais de combustíveis (...) A casa de show veio de encontro também com um problema que era enfrentado pela população e aí nós discutíamos (...).⁷⁵

Nessa discussão são estabelecidos conflitos entre os próprios moradores, aqueles que não gostavam da convivência com as casas de shows, pelo som alto, pela prostituição, pela violência, enfim o incômodo que sentiam. Por outro lado existiam os que dependiam dessas casas para trabalhar, como o sr. Geraldo que vendia espetinhos na porta destas casas e mesmo os que se divertiam ali. Essa nova discussão mostra a complexidade de um processo como esse, entre os oitocentos e sete moradores que assinaram o primeiro abaixo-assinado para retirar os trilhos, muitos poderiam ser usuários e mesmo proprietários dos estabelecimentos que agora eram indesejáveis. Aqueles que estavam assinando um documento com expectativas comuns, mesmo que com interesses diversos, nesse momento se dividiam. Essa divisão em torno do que seria aquele espaço urbano continuou ao longo das discussões.

No final a avenida Monsenhor Eduardo não agradou aos moradores. Quanto às casas de shows elas permaneceram por lá, mas basta olharmos a avenida Monsenhor Eduardo hoje e perceberemos que nenhum dos projetos dos moradores foi colocado em prática.

Abaixo colocamos uma foto que mostra essa avenida em 2003:



Foto da avenida Monsenhor Eduardo, tirada por Renato Jales Silva Júnior em 2003

Pela foto acima constatamos que a avenida possui hoje três vias de grande fluxo de veículos sendo a pista central, destacada na foto, exclusiva para ônibus. Não houve nenhuma preocupação com arborização, assim como não há nessa avenida materializado nenhum desejo dos diferentes grupos de moradores.

A possibilidade de discutir e de idealizar o espaço urbano próximo gerou muitas expectativas nos moradores, a melhoria da escola, a construção de mais praças e outras melhorias foram esperadas:

*A gente reunia lá mesmo na casa da Wilminha e o Flávio fez a maquete e tudo pra nós, pra mostrar como é que era (...), então era assim um canteiro, preservava as árvores que tinha, fazia os canteiros bonitinhos tudo e duas pistas, só duas porque aqui não era alterado... de lá subiu a altura demais e baixou demais de cá, então era mais plano, a avenida ia ficar muito bonita, bonita mesmo (...)*⁷⁵

*Eles passava para a gente né como que queria a gente todo mundo de acordo **achando que ia ter coisa melhor né e aí de repente eles fizeram isso daí** (...) ficou assim... se faz praça, se faz mais escola, igual o colégio Luiz Bastos poderia ter feito mais na avenida aí o colégio*

⁷⁵ Wilma Ferreira de Jesus, Jan/2003.

⁷⁶ Maria Aparecida Rosa, março/2003.

*já teve que ficar mais do lado lá, não foi nada do que a gente pensava né (...) as pistas muito veloz (...) ali a gente não pode deixar criança atravessar né porque os carros vem muito rápido(...)*⁷⁷

O que as moradoras relatam são desilusões, o resultado de toda a mobilização foi experimentado por muitos moradores como derrota.

Uma a uma todas as bandeiras da luta foram se perdendo. A busca pela segurança não foi alcançada já que *não se pode deixar as crianças atravessar a avenida*. O silêncio, outra bandeira tão discutida, inclusive evocando leis municipais sobre o barulho depois das 22:00, perdida, na casa da moradora Maria Aparecida Rosa o barulho de carros é intenso durante o dia todo, é difícil assistir uma televisão, gravar uma entrevista.

O direito ao progresso do bairro também não foi atingido, pelo contrário o que tinham foi embora:

*Os trilhos atrapalhava muito [o comércio do bairro] só que depois com o negócio da avenida o prefeito fez desse jeito continuou atrapalhando, o bairro ficou... tinha supermercado aqui, o supermercado acabou, quer dizer o bairro ficou mais isolado, se vê que esse bairro é 800 mts. só da praça Sérgio Pacheco (...) e acontece que o bairro não tem quase nada (...) nós não temos um bom supermercado, nós não temos um sacolão e tinha perto do grupo Alice Paes (...) desvalorizou demais as nossas casas.*⁷⁸

Sem as praças, sem as escolas, com as casas de shows, sem o progresso e, ainda, convivendo com os ônibus. Esta foi a grande crueldade desse processo todo, a avenida Monsenhor Eduardo serviu a uma empresa (Transcol) que em momento algum apareceu nas disputas, nos jornais, nas discussões.

⁷⁷ D. Aparecida Alves Gomes, abril/2003.

⁷⁸ Maria Aparecida Rosa. Março/2003.

O corredor de ônibus foi construído para ligar o centro ao bairro Industrial, isto é, levar os trabalhadores para as empresas de modo mais rápido com poucas paradas economizando combustível e mantendo um alto fluxo de passageiros.

O bairro hoje parece dividido em dois. Na avenida é um bairro com aspecto de centro da cidade: a velocidade da avenida, os pontos de ônibus e o comércio dá outro ritmo às pessoas e cria o ambiente das avenidas centrais, nesse ponto do bairro tudo parece ser transitório.

Abaixo um foto panorâmica da avenida:



Foto tirada da avenida Monsenhor Eduardo, por Renato Jales Silva Júnior, em 2003.

Andando para o interior do bairro é outra atmosfera. O bairro Bom Jesus tem muitos moradores antigos (com vinte, trinta anos que moram ali), mesmo no meio de semana é possível vermos esses moradores sentados nas calçadas conversando num ritmo oposto ao da velocidade descrito acima. Mesmo nos pontos de ônibus da avenida podemos constatar esses dois bairros convivendo.



Foto tirada do interior do bairro Bom Jesus, por Renato Jales Silva Júnior em 2003.

Em uma das minhas visitas ao bairro estava sentado em um ponto e observava o ritmo acelerado das pessoas que iam para o centro talvez a trabalho ou para cumprir compromissos. No mesmo momento moradores idosos se encontravam nesse ponto e conversavam sobre as famílias, sobre as plantas que cultivam, trocavam receitas, enfim vivam um momento mais lento, representavam o interior do bairro.

Esse bairro dividido esta representado numa frase, do sr. Geraldo⁷⁹: *daqui para cima o bairro morreu!* Acredito que essa frase resume essa divisão e mais resume os resultados do processo de mobilização dos anos 80.

A partir de todas essas observações surgem algumas perguntas: como um movimento forte como esse não conseguiu impor ao poder público as suas decisões? Como, depois de inúmeras reuniões feitas num amplo processo de organização e discussões, os moradores aceitam fazer da avenida um corredor de ônibus que contrariava toda a lógica por eles pensada?

⁷⁹ O sr. Gerado já foi citado no primeiro capítulo, não consegui gravar uma entrevista com ele, lembro aqui uma conversa informal.

Há de se supor que, depois de um processo lento de luta haveria outra intensa resistência e uma luta para ver, na avenida Monsenhor Eduardo, materializada todas os seus anseios, mas isso não ocorreu, num primeiro olhar.

O que nos fica claro é a memória de derrota presente no bairro. Alguns moradores que tinham os seus nomes nas atas da associação negaram dar entrevistas dizendo que não fizeram parte desse processo.

Há uma total desconfiança com o poder público e mesmo com companheiros que estiveram do lado deles na comissão de moradores, vizinhos que estiveram envolvidos e que depois apoiaram idéias contrárias a maioria do bairro. D. Maria Aparecida mostra isso no seu depoimento:

O povo era mais unido nesse tipo de coisa, (...) eu participei de várias reuniões com ele, ele esteve aqui na minha casa três vezes, ele fez aqui nos vizinhos e nos outros bairros, na Tibery e tudo a gente ia, então parece que o povo tinha mais interesse porque os políticos também não era (risos) naquele tempo a gente tinha mais confiança.

(...)

Foi ele (Virgílio Galassi) que implementou até onde eles falam que foi o Dr. Antônio Carrijo que foi o autor desse projeto dessa avenida⁸⁰

Havia uma relação de confiança com alguns políticos, muitos vereadores participaram do processo, militantes partidários, o próprio prefeito Zaire Rezende, e fica a idéia da traição, fica a desconfiança em ver o nome de um ex-morador, integrante da comissão, ex-companheiro de mobilização ter o seu nome ligado ao projeto que os prejudica hoje.

Aqueles grupos políticos que disputaram os louros da vitória em 1986 e 1987 nem tocam nesse assunto. Hoje, ninguém quer estar ligado àquele momento, ninguém quer ser lembrado como líder de um processo que guarda

⁸⁰ Maria Aparecida Rosa, março/2003.

uma marca forte de derrota, nas eleições de 2000 não ouvimos ninguém retomar esse processo e dizer que foi responsável por ele.

Não cabe aqui buscar vencedores e derrotados, a reurbanização da avenida Monsenhor Eduardo é fruto das disputas, conflitos e negociações entre moradores, empresas e poder público, disputas estas que constroem a cidade como um todo. Evidente que no fim da pesquisa e colhida as entrevistas ficou difícil refletir em torno dessa memória de vencidos demonstrada pelos moradores. Essa memória me fez pensar em todos os movimentos dos anos 80 e dos vários processos derrotados. Alguns moradores com que conversei não quiseram mais saber de envolvimento com movimentos, a associação de moradores do Bairro Bom Jesus não existe mais, foi anexada à do Bairro Brasil. Outros continuam participando de reuniões do Orçamento Participativo, com esse governo Zaire Rezende e ainda se sentindo enganados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao lembrar das discussões iniciais em torno do projeto de monografia penso, agora, o sentido de uma pesquisa. Nas discussões iniciais estávamos preocupados em ver como os moradores dessa cidade contribuíram para a construção dos espaços urbanos e como se colocavam frente aos planejamentos da elite dominante.

Ao me deparar com a documentação do Bairro Bom Jesus no Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) acreditei encontrar a solução para a minha pergunta, a resposta estava ali, simples, na minha frente. Um grupo de moradores se reuniram, com a força de sua organização obrigou empresas a sair do seu bairro, o poder público a atender os seus desejos e conseguiram modificar um pequeno espaço da cidade.

Uma percepção simplista e que me empolgava naquele momento. Agora ao terminar esse trabalho vejo o quanto foi complexo esse processo. A pesquisa empírica me levou para outros caminhos, me fez refazer perguntas, me deu algumas respostas e me deixou com outras dúvidas. Esse foi o maior crescimento que tive nesse trabalho, entender que a pesquisa é dinâmica e que as perguntas iniciais às vezes podem ser substituídas por outras dadas pela documentação pesquisada.

Conceitos como organização e movimento social ganharam novos sentidos para mim. Percebi que o primeiro conceito parte dos sujeitos ditos líderes que tentam implementar os seus projetos ao grupo aproveitando expectativas comuns. Outros moradores da parte *organizada* têm percepções diferentes, outras noções da sua participação política no processo. Quando passamos a analisar o interior do movimento, quando conversamos com as pessoas que viveram esse momento percebemos que não há uma organização de liderança, ou pelo menos as pessoas não se sentem organizadas. São diferentes os motivos que levam os moradores a uma passeata, uns porque acreditam estar reivindicando um direito, outros pensando num projeto político partidário, outros para acompanhar a vizinha

ou o vizinho que o convidou, e ainda aqueles que foram por se sentirem pressionados já que a maioria estava participando e sentia-se obrigado a contribuir.

Infelizmente nesta pesquisa não conseguimos um grande número de entrevistas que pudessem captar essa diversidade, mas a pesquisa nos mostrou que a quantidade de pessoas registradas em fotos nas mobilizações carrega consigo expectativas e projetos diferentes e a fotografia congela uma uniformidade que não se confirma com o aprofundamento da investigação.

As pessoas do bairro Bom Jesus, e mesmo de outros que foram para os atos públicos, entenderam a importância de participar daquele momento, entenderam que os trilhos de ferro e as empresas que representavam perigo deviam sair daquele local. O perigo que representavam legitimava a sua participação, os vários acidentes e todos os prejuízos ocasionados pelos trilhos levaram muitos a entrar no movimento. Não foi o discurso dos líderes, não foi a prática de organização. Entendo que as várias estratégias pensadas pelo grupo que compunha a comissão de moradores do bairro ajudaram a divulgar o trabalho que realizavam, mas não foram essas estratégias que trouxeram as pessoas para as ruas e sim, o desejo legítimo de melhorarem as suas condições de vida, e nesse sentido não conseguimos falar em povo organizado. Esse termo se transformou em propaganda política, se transformou em uma busca da chamada liderança em mostrar que conseguia organizar pessoas, provocar mudanças.

Essa mudança nos caminhos da pesquisa veio através da fonte oral. Foram as entrevistas com moradores do bairro que me fez repensar os rumos do trabalho e permitiu entender a complexidade do movimento. Essa fonte me obrigou a rever a própria noção do que é um movimento social, ou do que é estudar movimentos sociais. Inicialmente pensava que o sentido desse estudo era buscar a força da população, mostrar que podiam e conseguiam se organizar, agora percebo que o estudo dos movimentos sociais é muito mais complexo e que é fundamental entender essa diversidade de experiências, projetos e expectativas.

Quando iniciei o trabalho estava buscando um movimento vencedor, um movimento capaz de derrotar as forças políticas conservadoras da cidade. Entendia naquele momento que a contribuição dos moradores na configuração da cidade viria num movimento social capaz de impor os seus anseios ao poder público dessa cidade. Ao terminar o segundo capítulo e perceber que a avenida Monsenhor Eduardo foi reurbanizada para atender interesses dos empresários do transporte coletivo e em nenhum dos seus aspectos atendia aos desejos dos moradores fiquei pensativo quando a esse sentido de vitória.

Os próprios moradores entrevistados guardavam uma memória de derrota daquele processo todo vivido. Com essas entrevistas em mãos comecei a repensar todo o trabalho, porque não poderia insistir com a idéia de movimento vencedor. Com a leitura de alguns trabalhos⁸¹ percebi que não tinha que sair em busca de vencedores e vencidos, heróis e bandidos.

Entendi que a cidade e os seus espaços são frutos de conflitos estabelecidos em vários momentos históricos. Os espaços são constituídos a partir de disputas políticas ou mesmo negociações e conciliações. Ver os moradores hoje, dizer que o resultado do movimento não os agrada, perceber em alguns a resistência em dizer que fizeram parte daquele processo não significa que não contribuíram no fazer e refazer da cidade.

As disputas são dinâmicas e complexas. Nos cinco anos (1982-1987) em que estiveram envolvidos diretamente na discussão em torno dos trilhos os moradores que participaram de forma direta se colocaram de frente para o problema, se posicionaram de forma clara e lutaram para fazer valer essa posição. Dentro das adversidades encontradas, viveram momentos de radicalização nas suas posições e momentos de negociações com empresas e poder público.

Um momento muito forte dessa participação popular nos debate em torno da cidade foi o ato simbólico promovido por eles para retirar o primeiro gomo da ferrovia. Juntaram-se e foram com faixas e cartazes para registrar o momento da

⁸¹ MORAIS, Sérgio Paulo. Op. cit.; SILVA, Lúcia Helena Pereira. Op. cit.; PETUBA, Rosângela M.^a Silva. **Pelo direito à cidade: Experiência e Luta dos Trabalhadores Ocupantes de Terra do Bairro Dom Almir – Uberlândia - 1990-2000**. Uberlândia. UFU, 2001. (Dissertação de Mestrado)

vitória, numa dessas faixas com a seguinte frase: "O povo unido jamais será vencido". Essa frase está banalizada e desacreditada hoje, mas acredito que naquele momento esse era o sentimento da maioria dos moradores que participaram do processo de mobilização, naquele momento experimentaram essa sensação de que unidos poderiam impor os seus projetos.

Evidentemente que a partir daquele momento, à direita e os empresários foram arquitetando as suas manobras para se reorganizar e se beneficiar do movimento. Daí a idéia do corredor de ônibus, daí construir uma avenida rápida para atender interesses dos dominantes economicamente, ignorando os projetos populares. Os moradores entrevistados mostram que eles percebem essas manobras, percebem a aproximação eleitoreira de muitos vereadores e tentam aproveitar-se dessa aproximação para negociar.

Nos conflitos e negociações é inegável (a avenida está lá para provar isso) que os projetos pensados pelos moradores não foram vencedores. Mas também é inegável que lutaram, mobilizaram políticos, imprensa, foram às ruas e nessa mobilização mostraram ao poder público e à elite que estão vivos, que estabelecem relações entre eles e com a cidade e, fundamentalmente pensam os seus projetos à revelia do ideário elitista de cidade.

Quando lutam para diminuir os acidentes, para melhorar o comércio do bairro, para viverem com melhor qualidade de vida e mais tranquilidade, mostram que os moradores não esperam o planejamento do poder público e da elite que o mantêm. Mostram que os espaços da cidade são organizados a partir de conflitos e disputas e não de planejamento técnico. As escolhas são políticas e fruto de correlações de força que, se em um momento mostrou-se desfavorável aos moradores, não significa que foi em consequência do planejamento estratégico elitista; não significa também que essa elite pode ser considerada vencedora.

Ao andar pela avenida Monsenhor Eduardo notamos o movimento rápido dos ônibus e carros, mas vemos também o andar lento de moradores antigos, as conversas no ponto de ônibus, as novas demandas a resistência em seguir na velocidade proposta pela reurbanização.

Tenho a compreensão de que o *conhecimento histórico é, pela sua natureza, provisório e incompleto*⁸², e escrevi esse trabalho com esta impressão, que respondi as perguntas que me angustiavam naquele momento, mas ao mesmo tempo outras forma surgindo e outras surgirão por outros pesquisadores, em leituras futuras.

No meu caso, senti que seria necessário entender melhor o sentido dessa memória de derrota, não só no Bairro Bom Jesus, mas dos vários movimentos dos anos 80 em que muitas pessoas dessa cidade se envolveram. Movimentos como o da retirada dos trilhos e da reurbanização da avenida Monsenhor Eduardo, mas além desses movimentos em prol de emendas populares na constituinte como a da Reforma Urbana, da Reforma Agrária, projetos em prol da educação pública, gratuita e de qualidade. Muitos moradores, membros de comissões e associações de bairro participaram dessas discussões e muitos desses se viram como derrotados ao final de cada emenda rejeitada no congresso.

Em 1989, esses muitos moradores voltaram a se mobilizar em torno do projeto do Partido dos Trabalhadores e a candidatura Lula, também derrotada. Assume Fernando Collor de Melo e o projeto neoliberal começa a ser implementado no Brasil.

Essas marcas de derrota estão presentes em muitos relatos de moradores que participaram de associações e se dispuseram a participar de reuniões, atos públicos, com discussões árduas, tiveram que deixaram os filhos em casa, trocaram o descanso do domingo em panfletagens. Acredito que essa foi a grande pergunta que o trabalho me deixou, qual o alcance desse sentimento de derrota entre os muitos moradores/trabalhadores militantes naquele momento.

É necessário revisitar os anos 80, conversar com as pessoas que viveram essas experiências, conversar para entendermos o alcance dessas derrotas nos movimentos sociais, na participação desses muitos sujeitos e nas discussões políticas dos anos 90.

⁸² THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 49.

ACERVOS E FONTES

Jornais:

- Jornal Correio de Uberlândia de 1982 a 1988.
- Jornal Primeira Hora de 1982 a 1988.

Inventários:

- Inventário da coleção da Associação dos Moradores do Bairro Bom Jesus. CDHIS, UFU.
- Inventário do Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História. CDHIS, UFU.

Entrevistas:

- Wilma Ferreira de Jesus: Ex-moradora do Bairro Bom Jesus, atualmente mora no Residencial Gramado, foi a primeira diretora da associação de moradores. Assessora do Deputado Federal Gilmar Machado (PT/MG). Participou da comissão de moradores.
- Maria Aparecida Rosa: Aposentada, moradora do Bairro Bom Jesus. Participou da comissão de moradores.
- Aparecida Alves Gomes: Dona de casa, mora nas proximidades do avenida Monsenhor Eduardo. Não participou da comissão de moradores do bairro.
- Iverso Rodrigues Miranda: Ex-morador do Bairro Bom Jesus, presidiu a associação de moradores de 1990 a 1992.

BIBLIOGRAFIA.

- ALVARENGA, Nizia M. **As associações de moradores em Uberlândia: um estudo das práticas sociais e das alterações nas formas de sociabilidade.** São Paulo: PUC, 1988. (Dissertação de Mestrado).
- CALVO, Célia Rocha. **Muitas Memórias e Histórias de uma cidade: Lembranças e experiências de viveres urbanos. Uberlândia 1938-1990.** Pr. Pós-graduação em História Social. Tese de Doutorado. SP. PUC, 2001
- Cruz, Heloísa de Faria. **São Paulo em papel e tina: periodismo e vida urbana - 1890-1915.** São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.
- DANTAS, Sandra Mara. **Veredas do progresso em tons altissonantes – Uberlândia (1900-1950).** Uberlândia: UFU, 2001. (Dissertação de Mestrado).
- DESAN, Suzanne. *Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis.* In.: **A nova história cultural.** Lynn Hunt. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FENELON, Déa Ribeiro (org.). **Cidades.** In: *Revista Projeto História* do Programa de Estudos Pós Graduated em História do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo: EDUC, 2000.
- FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social.** Bauru, São Paulo: EDUSC, 1998.
- HOBSBAWM, Eric J. **Pessoas extraordinárias - resistência, rebelião e jazz.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1999.
- . *Deveriam os pobres se organizar?.* In.: **Mundos do trabalho.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora com especiais referências a publicações e divertimentos.** Portugal: Editorial Presença, 1973.
- JESUS, Wilma Ferreira de. **Poder público e movimentos sociais aproximações e distanciamentos: Uberlândia – 1982-2000.** Uberlândia: UFU, 2002 (Dissertação de Mestrado).
- LOPES, Valéria M. Q. Cavalcante. **Caminhos e trilhas: transformações e apropriações da cidade de Uberlândia (1950-1980).** Uberlândia: UFU, 2002 (Dissertação de Mestrado).

- MORAIS, Sérgio Paulo. **Trabalho e cidade: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia**. Uberlândia: UFU, 2002. (Dissertação de Mestrado).
- NUNES, Leandro José. **Progresso, trabalho e quebra-quebras – Uberlândia 1950-1960**. São Paulo: Puc, 1993. (Dissertação de Mestrado).
- OLIVEIRA, Kaita Queiroz. **Cultura e Cidade: A praça Tubal Vilela na memória e vivência de moradores Uberlândia: 1940-2002**. Monografia - UFU, 2002.
- OLIVEIRA, Selmane Felipe de. **Crescimento urbano e ideologia burguesa**. Niterói: UFF, 1992 (Dissertação de Mestrado).
- PETUBA, Rosângela M.^a Silva. **Pelo direito à cidade: Experiência e Luta dos Trabalhadores Ocupantes de Terra do Bairro Dom Almir – Uberlândia - 1990-2000**. Pr. Pós-graduação em História Social. Dissertação de Mestrado, Uberlândia. UFU, 2001.
- PORTELLI, Alessandro. "História Oral como Gênero". In: **Revista Projeto História** do Programa de Estudos Pós Graduados em História do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo: EDUC, nº 15, 1995.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SILVA, Lúcia Helena Pereira da. **Luzes e sombras na cidade: no rastro do Castelo e da Praça Onze - 1920-1945**. São Paulo: PUC, 2002, (Tese de Doutorado).
- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros - uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- . **A Formação da classe operária inglesa I**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.
- . **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- . **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2001.